



MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

BRASÍLIA-DF
MARÇO/2012



MINISTÉRIO DA DEFESA
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011, apresentado aos órgãos de controle interno e externo em prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria-TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

BRASÍLIA-DF
MARÇO/2012

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ACT - Acordo de Cooperação Técnica
CCG - BSB – Centro de Coordenação Geral - Brasília
CENSIPAM - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CONCAR - Comissão Nacional de Cartografia
CONSISBIN - Conselho do Sistema Brasileiro de Inteligência
CR-BE - Centro Regional de Belém - PA
CR-MN - Centro Regional de Manaus - AM
CR-PV - Centro Regional de Porto Velho - RO
EB - Exército Brasileiro
ED - Elemento de Despesa
FAB - Força Aérea Brasileira
GEI - Grupo Executivo Interministerial
LOA - Lei Orçamentária Anual
OCI - Órgão de Controle Interno
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA - Plano Plurianual
PROAE – Programa de Monitoramento de Áreas Especiais
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGPlan - Sistema de informações Gerenciais e de Planejamento
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SISBIN - Sistema Brasileiro de Inteligência
SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia
TC - Termo de Cooperação
TCU - Tribunal de Contas da União
UJ - Unidade Jurisdicionada.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2011..... | 9 |
| 1 INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA – UJ | 9 |
| 1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual | 9 |
| 2 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO, GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE..... | 11 |
| 2.1 Responsabilidades institucionais da unidade..... | 11 |
| 2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais | 12 |
| 2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ | 16 |
| 2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ..... | 16 |
| 2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ..... | 19 |
| 2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro | 22 |
| 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa..... | 22 |
| 2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes | 22 |
| 2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital | 23 |
| 2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas | 23 |
| 2.4.2 Quadro de Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa..... | 24 |
| 2.4.3 Execução Orçamentária da Despesa..... | 27 |
| 2.4.3.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ | 27 |
| 2.4.3.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação | 27 |
| 2.4.3.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa | 28 |
| 2.4.3.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ..... | 28 |
| 2.4.3.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação | 29 |
| 2.4.3.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação...29 | |
| 2.4.3.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação | 29 |
| 2.4.3.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação | 30 |
| 2.5 Indicadores Institucionais | 30 |
| 2.5.1 Taxa Global de Satisfação das Demandas Meteorologia, Sensoriamento Remoto e Inteligência dos Órgãos Parceiros..... | 30 |
| 2.5.1.1 Indicador de Satisfação das Demandas de Meteorologia..... | 31 |
| 2.5.1.2 Indicador de Satisfação das Demandas de Inteligência | 31 |
| 2.5.1.3 Indicador de Satisfação das Demandas de Sensoriamento Remoto | 32 |
| 2.5.2 Outros indicadores institucionais..... | 33 |
| 2.5.2.1 Indicador de Área Monitorada por Finalidade | 33 |
| 2.5.2.2 Indicador de Área Monitorada por Centro Regional e Produtos | 34 |
| 2.5.2.3 Indicador de Execução Financeira..... | 35 |
| 3 INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES | 36 |
| 3.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores | 36 |
| 3.2 Análise crítica | 36 |
| 4 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE PERSPECTIVAS:..... | 38 |
| 4.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos | 38 |
| 4.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada..... | 38 |
| 4.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada..... | 39 |
| 4.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada..... | 39 |

| | | |
|-------------|---|-----------|
| 4.1.4 | Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade..... | 40 |
| 4.1.5 | Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade..... | 40 |
| 4.2 | Composição do Quadro de Estagiários..... | 41 |
| 4.3 | Demonstração de custos de pessoal da unidade jurisdicionada..... | 41 |
| 4.4 | Terceirização de mão de obra empregada pela Unidade Jurisdicionada..... | 42 |
| 4.4.1 | Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade..... | 42 |
| 4.4.2 | Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão..... | 43 |
| 4.5 | Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos..... | 44 |
| 5 | INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO E TERMOS DE COOPERAÇÃO..... | 45 |
| 5.1 | Instrumentos de transferências vigentes no exercício..... | 45 |
| 5.1.1 | Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011..... | 45 |
| 5.1.2 | Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios..... | 48 |
| 5.1.3 | Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício 2012 e seguintes (CGIIN)..... | 49 |
| 5.2 | Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse..... | 49 |
| 5.2.1 | Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse..... | 51 |
| 5.3 | Análise crítica..... | 51 |
| 6 | DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU TROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE NO SIASG E SICONV..... | 53 |
| 6.1 | Declaração de Inserção e atualização de dados no SIASG E SICONV..... | 53 |
| 7 | INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS..... | 54 |
| 7.1 | Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93..... | 54 |
| 7.2 | Análise crítica..... | 54 |
| 8 | INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS..... | 55 |
| 8.1 | Estrutura de controles internos da UJ..... | 55 |
| 9 | INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL..... | 57 |
| 9.1 | Gestão Ambiental e Licitações sustentáveis..... | 57 |
| 10 | INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO (TI), CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:..... | 59 |
| 10.1 | Gestão de Tecnologia de Informação (TI)..... | 59 |
| 11 | INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL..... | 60 |
| 11.1 | Despesas com Cartão de Crédito Corporativo..... | 60 |
| 12 | INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA TENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO..... | 62 |
| 12.1 | Deliberações do TCU atendidas no exercício..... | 62 |
| 12.2 | Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício..... | 64 |

| | | |
|---|---|-----------|
| 12.3 | Recomendações do OCI atendidas no exercício..... | 65 |
| 12.4 | Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício | 67 |
| PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N° 108/2011..... | | 68 |
| 13 | DECLARAÇÕES DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ | 68 |
| 13.1 | Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis | 68 |
| 13.1.1 | Declaração CCG/Brasília-DF | 68 |
| 13.1.2 | Declaração CR/Porto Velho-RO..... | 69 |
| 13.1.3 | Declaração CR/Manaus-AM | 70 |
| 13.1.4 | Declaração CR/Belém-PA..... | 71 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|----|
| Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual | 9 |
| Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo..... | 16 |
| Quadro A.2.2 - Execução Física das Ações Realizadas pela UJ | 19 |
| Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias | 22 |
| Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes | 22 |
| Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital..... | 23 |
| Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência..... | 23 |
| Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa..... | 24 |
| Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ..... | 27 |
| Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ | 28 |
| Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ | 28 |
| Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação | 29 |
| Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação | 29 |
| Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação | 30 |
| Quadro A.3.1 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores | 36 |
| Quadro A.4.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação Apurada em 31/12..... | 38 |
| Quadro A.4.2 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12..... | 39 |
| Quadro A.4.3 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31 de Dezembro)..... | 39 |
| Quadro A.4.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12 | 40 |
| Quadro A.4.5 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12..... | 40 |
| Quadro A.4.6 – Composição do Quadro de Estagiários | 41 |
| Quadro A.4.8 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva | 42 |
| Quadro A.4.9 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra..... | 43 |
| Quadro A.5.1 – Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência..... | 45 |
| Quadro A.5.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados Pela UJ nos Três Últimos Exercícios..... | 48 |
| Quadro A.5.3 – Resumo dos Instrumentos de Transferência que Vigerão em 2011 e Exercícios Seguintes | 49 |
| Quadro A.5.5 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse | 51 |
| Quadro A.6.1 – Modelo de Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SICONV | 53 |
| Quadro A.7.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR..... | 54 |
| Quadro A.8.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ | 55 |
| Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis..... | 57 |
| Quadro A.10.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada..... | 59 |
| Quadro A.11.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador | 60 |
| Quadro A.11.2 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)..... | 61 |
| Quadro A.12.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício | 62 |
| Quadro A.12.2 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício..... | 64 |
| Quadro A.12.3 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI..... | 65 |

| | |
|---|----|
| Quadro A.12.4 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício..... | 67 |
| Quadro B.13.1 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da UJ CCG-Brasilia/Censipam | 68 |
| Quadro B.13.2 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da UJ CR - Porto Velho-RO/Censipam..... | 69 |
| Quadro B.13.3 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da UJ CR Manaus-AM/Censipam..... | 70 |
| Quadro B.13.4 – Declaração de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da UJ CR Belém-PA/Censipam | 71 |

PARTE A DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2011

1 INFORMAÇÕES DE IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA – UJ

1.1 Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

| Poder e Órgão de Vinculação | | | |
|---|--|--------------------------------------|-------------------------------|
| Poder: Executivo | | | |
| Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa | | | Código SIORG: 2837 |
| Identificação da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Denominação completa: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia | | | |
| Denominação abreviada: CENSIPAM | | | |
| Código SIORG: 044072 | Código LOA: Não de aplica | Código SIAFI: 110197 e 110511 | |
| Situação: Ativa | | | |
| Natureza Jurídica: Órgão Público do Poder Executivo Federal | | | |
| Principal Atividade: Administração Pública em Geral | | | Código CNAE: 84.11-600 |
| Telefones/Fax de contato: | (61) 3214 – 0201 | (61) 3214 – 0233 | (61) 3214 - 0255 |
| Endereço Eletrônico: gabinete@sipam.gov.br | | | |
| Página na Internet: http://www.sipam.gov.br | | | |
| Endereço Postal: SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - 70.610 - 200 – Brasília - DF | | | |
| Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Decreto nº 4.200, de 17 de abril de 2002 – Transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - SECONSIPAM, altera sua denominação e dá outras providências; | | | |
| Decreto nº 5.135, de 8 de julho de 2004 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências; | | | |
| Decreto nº 6.615, de 24 de outubro de 2008 – Altera o Decreto no 5.135, de 7 de julho de 2004, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências; | | | |
| Decreto nº 6.726, de 13 de janeiro de 2009 – Dá nova redação ao art. 14 do Anexo I ao Decreto no 5.135, de 7 de julho de 2004, de 7 de julho de 2004, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Casa Civil da Presidência da República, e dá outras providências. | | | |
| Decreto nº 7.424, de 5 de janeiro de 2011 – Dispõe sobre a transferência do Centro Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa. | | | |
| Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Não há | | | |
| Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada | | | |
| Não há | | | |
| Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 110197 e 110511 | CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA | | |
| 110519 e 110572 | CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO | | |
| 110520 e 110573 | CENTRO REGIONAL DE MANAUS | | |
| 110521 e 110586 | CENTRO REGIONAL DE BELÉM | | |
| Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada | | | |
| Código SIAFI | Nome | | |
| 00001 | TESOURO NACIONAL | | |
| Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões | | | |
| Código SIAFI da Unidade Gestora | | Código SIAFI da Gestão | |
| 110197 e 110511 | | 00001 | |

INTRODUÇÃO

Na elaboração e organização do presente Relatório de Gestão, foram seguidas as orientações previstas nas Partes A e B da Portaria-TCU nº 123, de 12 de Maio 2011, fazendo-se necessário os seguintes esclarecimentos:

Deixam de ser contempladas no presente relatório, por não aplicarem-se a esta UJ, as informações previstas nos itens 3, 11, 14, 16 e 17 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 108/2010, de 24 de novembro de 2010, que tratam respectivamente do Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos, da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial, de Renúncias Tributárias sob gestão da UJ, do Tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno e Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis. No que tange ao item 11, que trata da Gestão de Bens e Imóveis de Uso Especial, deixa-se de preencher os quadros correspondentes tendo em vista que os imóveis atualmente utilizados pelo CCG CENSIPAM - Brasília e pelos CR – Belém, CR - Manaus e CR - Porto Velho encontram-se em processo de regularização patrimonial junto aos órgãos da União nas unidades federativas dos respectivos imóveis e ainda não possuem Unidade Jurisdicional- UJ, sendo que a tramitação encontra-se conforme abaixo registrado.

(UG 110197/110511) – (CCG-Brasília) conforme termo de entrega firmado entre a SPU e o MCT, processo nº 05037-000.598/2002-01 e RIP nº 9701 23688.500-8, onde está sendo feita a divisão das áreas ocupadas pelos diversos órgãos públicos aqui instalados, sito SPO Área 05 Quadra 03, Setor Policial, Asa Sul, Brasília-DF, na qual está localizado o Censipam já possui o termo de entrega do imóvel, restando ainda o devido registro no sistema SPUNET.

(UG 110521/110586) – (CR-Belém) – Centro Regional de Belém está localizado na área do Aeroporto de Belém sob o Tombo-PA.002-001 sob a responsabilidade do I COMAR, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, RIP nº 0427.00655.500-1, sito a Avenida Júlio César, 7060, Val-de Cans, Belém-PA, processo este em fase conclusiva, e se encontra no Gabinete do Comandante da Aeronáutica com parecer favorável a transferência patrimonial.

UG 110520/110573) – (CR-Manaus) – Centro Regional de Manaus está localizado na área do Aeroporto de Manaus sob o Tombo-AM.003-017 sob a responsabilidade do COMAR VII, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, RIP nº 0255.00854.500-6, sito a Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, Manaus-AM, onde está sendo realizada a divisão das glebas para regularização do terreno e dos prédios do Centro Regional.

UG 110519/110572) – (CR-Porto Velho) – Centro Regional de Porto Velho, está localizado na área do Aeroporto de Porto Velho sob o Tombo-RO.001-001 sob a responsabilidade da Base Aérea de PV, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, R.I.P. nº 0003.00010.500-1, sito a Avenida Lauro Sodré, 6500, Aeroporto, Porto Velho-RO, onde está sendo realizada a divisão das glebas para regularização do terreno e dos prédios do Centro Regional.

O Decreto nº 7.424, de 5 de janeiro de 2011 – Dispôs sobre a transferência do Centro Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa. Em consequência, tanto o Centro de Coordenação Geral – CCG/Brasília, que realiza gestão financeira e patrimonial, quanto os Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho, os quais somente realizam a gestão patrimonial de seus bens, passaram a contar com novos códigos de UG. Portanto neste relatório todas as informações prestadas consolidam dados das duas UG, (UG Anterior/UG Nova), cujos códigos encontram-se demonstrados no Quadro A . 1.1.

2 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO, GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UNIDADE

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

Conforme definido no Art. 36-A do Decreto nº 7.424/2011 compete à instituição:

I - propor, acompanhar, implementar e executar as políticas, diretrizes e ações voltadas para o SIPAM, aprovadas e definidas pelo Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia - CONSIPAM;

II - fomentar e realizar estudos e pesquisas, bem assim o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência;

III - coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas à ativação do SIPAM;

IV - gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais, com atuação e interesse na área, buscando evitar duplicidade de esforços e perdas da eficiência e eficácia dos resultados;

V - supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não-governamentais, no âmbito do SIPAM;

VI - articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não-governamentais para promover a ativação gradual e estruturada do SIPAM;

VII - desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM;

VIII - secretariar e prestar apoio técnico e administrativo ao CONSIPAM;

IX - encaminhar as recomendações do CONSIPAM aos Ministérios e demais órgãos e entidades interessados;

X - articular-se com órgãos da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal e entidades não-governamentais responsáveis pela execução das ações e das estratégias para a implementação das deliberações do CONSIPAM, podendo firmar acordos, convênios e outros instrumentos necessários ao cumprimento dessas atribuições;

XI - elaborar relatório sobre a execução e os resultados alcançados pelos programas e projetos integrantes do SIPAM, anualmente ou quando solicitado;

XII - implementar e operacionalizar as diretrizes do CONSIPAM relacionadas com o SIPAM;

XIII - coordenar as ações relativas aos programas e projetos afetos ao SIPAM, definidos pelo CONSIPAM;

XIV - realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade;

XV - exercer as atividades de documentação, de suprimento e de serviços gerais necessárias ao desempenho de suas atribuições;

XVI - exercer as atividades de administração do patrimônio, de telecomunicações e de tecnologia da informação inerentes às áreas administrativas, técnica e operacional do CONSIPAM; e

Os objetivos estratégicos foram definidos a partir do Plano Estratégico Anual da Instituição e do planejamento representado programaticamente no Plano Plurianual - PPA 2008-11. O processo de planejamento estratégico da UJ definiu as seguintes declarações estratégicas:

Missão: "Integrar informações e gerar conhecimento atualizado para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de Governo na Amazônia Legal Brasileira, visando à proteção, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável na região".

Destacam-se como objetivos estratégicos da gestão orçamentária: 1) Aumento da relação investimento e custeio na programação e execução orçamentária; 2) Redução dos restos a pagar a cada exercício; 3) Melhoria contínua nas relações entre planejamento e execução orçamentária; 4) Implantação da política de revitalização da infra-estrutura predial e seus sistemas de controle; 5) Buscar a melhoria contínua nos processos de compras, recebimento e pagamento, buscando assim, uma melhor gestão orçamentária e financeira; e 6) Implantar programa de melhoria da gestão documental.

Destacam-se como objetivos estratégicos da gestão da infraestrutura tecnológica: 1) Renovação e redistribuição do parque de telecomunicações; 2) Recuperação do parque de sensores. Ambos objetivos também se alinham à intenção de buscar maior efetividade na aplicação da infraestrutura tecnológica do Sipam; e 3) Manutenção da política de revitalização da infraestrutura tecnológica, permitindo assim, maiores soluções aos órgãos parceiros.

Destacam-se como objetivos estratégicos da gestão de produtos: Fomentar programas como o Arco Verde, o Terra Legal, o Projeto da Cartografia da Amazônia, o PROAE e o SipamCidades que pretendem reprimir as práticas ilícitas, relacionadas principalmente ao desmatamento, e, buscar alternativas para a modificação da matriz econômica da região, buscando assim, o desenvolvimento sustentável. Acrescenta-se ainda a implantação da fase 2 do programa Sipam Cidades que busca estreitar as relações e troca de informações entre o Censipam e as comunidades amazônicas. Pretende-se a partir dos conhecimentos desenvolvidos na fase 1 do programa (capacitação de técnicos de prefeituras em geotecnologias) ampliar as possibilidades de gerenciamento territorial das prefeituras.

Destaca-se como objetivo estratégico da gestão da integração institucional: 1) Ampliação das atuações conjuntas com entidades e fundações de pesquisa para o fomento de estudos e pesquisas voltadas às áreas de atuação e interesse do Censipam.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

As principais realizações do Censipam em 2011 estão relatadas por temas, abaixo:

- Programa Terra Legal

O programa Terra Legal tem o objetivo de regularizar as terras públicas federais na região amazônica, competência legal do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, que representa um dos mais importantes entraves ao desenvolvimento regional, uma vez que os conflitos fundiários e falta de titulação das terras impede inclusive a aplicação de investimentos públicos na região. Desta forma, o objetivo do referido programa coaduna-se com às áreas de atuação priorizadas pelo Censipam, no que concerne a Proteção Ambiental (Planejamento Estratégico – 2008).

O Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, por meio do Programa Terra Legal, celebrou um convênio com o Censipam para apoio à sua execução. Como parte integrante do processo de regularização fundiária na Amazônia Legal, o Censipam executou atividades operacionais pré-titulação, com apoio técnico em desenvolvimentos na área de banco de dados espaciais, em ambiente de software livre, bem como nas atividades de preparação de peças técnicas e análises espaciais para avaliação e certificação por parte do MDA. Na etapa seguinte, a pós-titulação, o Censipam realizou o monitoramento do desmatamento no interior das glebas definidas pelo Programa, com emissão de relatórios para o MDA. Em 2011 o Censipam monitorou mensalmente a área de glebas públicas federais de 476.000 km² de janeiro a junho.

A meta estipulada para o programa era de monitorar 476.000 Km² mensais, contudo não foi possível alcançá-la porque o Termo de Cooperação Técnica expirou em junho de 2011, não tendo sido renovado no exercício de 2011.

O desenvolvimento desse trabalho consolidou um Sistema de Informações Geográficas específico para o Programa, com atualização constante dos dados espaciais coletados pelas empresas contratadas pelo MDA para a realização de georreferenciamento das glebas via web, bem como para análise e acompanhamento dos dados cadastrados pelo Programa.

- Programa SipamCidade na Operação Arco Verde

O Programa SipamCidade desenvolvido pelo Censipam, desde o Planejamento Estratégico de 2008, tem como Meta Operacional de ser executado pelos três Centros Regionais. O Programa tem o objetivo de apoiar, capacitar e atender tecnicamente os municípios da Amazônia Legal. Em 2011, a Meta do Programa era atuar na Operação Arco Verde, que contemplava 43 municípios, como instituição responsável pelo monitoramento das ações de todas as instituições participantes, bem como tem ações próprias nos municípios contemplados pela Operação. O monitoramento do cumprimento das ações é realizado mensalmente e os órgãos envolvidos são acionados e recebem informações sobre o andamento de toda Operação.

Enquanto órgão do governo federal participante da Operação, o Censipam promoveu em 2011 uma capacitação presencial dos 43 municípios da região, no tema Gestão Ambiental Municipal. Essa capacitação teve carga horária de 200 horas (5 módulos de 40 horas cada) e foi preparada para técnicos municipais e representantes da sociedade civil, cujo público atendido foi de 230 alunos em pelo menos um dos módulos e 70 que participaram com mais de 75% de frequência em todos os módulos. Para tal o Censipam contratou uma empresa de consultoria, uma de logística e uma de produção de mídias, todas com recursos repassados pelo Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA.

Além dessa meta e ainda na área dos municípios da Operação o Censipam iniciou a instalação de 80 telecentros comunitários de um total de 137 disponibilizados pelo Programa TelecentrosBR do Ministério das Comunicações. As entregas iniciaram em 2011 e a operacionalização será em 2012, com a contratação de bolsistas CNPq nas localidades, que atuarão como monitores para inclusão digital e para divulgação de outros programas de governo na região.

Outra iniciativa do Censipam foi a apresentação de projeto ao Fundo Amazônia, operado pelo BNDES, para a implantação de centros de geotecnologias nas prefeituras dos municípios da Operação Arco Verde e do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu conectados à base de dados espaciais do Censipam, com vistas à construção e manutenção de dados espaciais coletados na região e compartilhados por meio de um Portal Operacional via web, a ser desenvolvido em 2012.

A Meta prevista para o ano de 2011 foi totalmente atingida.

- Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu – PDRSX

O referido Plano trata de uma ação coordenada pela Casa Civil da Presidência da República e executado pelos Ministérios do Planejamento e Meio Ambiente com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável na região do Rio Xingu, mais especificamente nos municípios afetados pela implantação da Usina de Belo Monte, por meio da integração das políticas públicas de governo.

O Censipam atuou nesse programa fornecendo solução satelital para a Operação Cidadania Xingu, que percorreu os 11 municípios da região e ofertando a capacitação pelo Programa SipamCidade para 2012. Após o término dessa Operação o Censipam visitou a Casa do Governo Federal em Altamira (PA) para implantar em 2012 um sistema de vídeo-conferência para minimizar custos e facilitar reuniões de governo com as representações regionais.

O Projeto apresentado ao Fundo Amazônia, citado no item anterior, também contempla os 11 municípios dessa região.

O Projeto apresentado ao BNDES também coaduna-se com as políticas públicas do governo federal para o território amazônico, da mesma forma que o Programa Terra Legal.

- Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família, de competência do MDS, na região amazônica conta com apoio do Censipam para o cadastro único das famílias que serão atendidas pelo Programa. O Censipam iniciou em 2011 a instalação de antenas de comunicação VSATs para transferência de dados cadastrais de pontos remotos para os escritórios regionais do MDS. Serão instaladas 166 antenas no total.

Desta forma, o objetivo do referido programa coaduna-se com às Áreas de Atuação Priorizadas pelo Censipam, no que concerne a Proteção Ambiental (Planejamento Estratégico – 2008).

- Programa Bolsa Verde

O Programa Bolsa Verde foi lançado em 2011 para atender famílias que pertencem ao Cadastro único do Programa Bolsa Família e que tem como atividade econômica práticas sustentáveis relacionadas a Unidades de Conservação, assentamentos do INCRA e quilombolas. A condição para essas famílias manterem-se no Programa Bolsa Verde é que o desmatamento nessas Unidades não aumente além de um marco zero. Esse marco zero foi definido pelo Censipam que realiza o monitoramento trimestral dessas áreas, com base em imagens de satélite fornecidas pelo IBAMA, que recebe a interpretação realizada pelas equipes técnicas do Censipam, homologando-as e enviando os resultados para o Ministério do Meio Ambiente - MMA, que consolida as informações cadastrais, para serem operacionalizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 2011 foram inseridas 16.634 famílias, abrangendo 33 UCs e 140 assentamentos na Amazônia Legal, num total de 158.000 km² de área monitorada.

A Meta prevista para o ano de 2011 foi totalmente atingida.

- Programa de Monitoramento de Áreas Especiais - ProAE

O Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia - PPCDAM é coordenado pela Casa Civil e pelo MMA. É um plano de combate ao desmatamento executado por diversos atores de governo, e o Censipam contribui com o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais – ProAE, cujo recorte geográfico são as Unidades de Conservação Federais e Terras Indígenas em que as equipes técnicas do Censipam monitoram anualmente o desmatamento e enviam seus relatórios para os órgãos responsáveis IBAMA e FUNAI. Em 2011 o Censipam monitorou 1.081.606 km². Algumas das Unidades de Conservação analisadas também foram objetos do Programa Bolsa Verde.

- Programa de Previsão de Tempo e Clima

As áreas de meteorologia do Censipam produzem dados de previsão de tempo e outros dados climáticos para as prefeituras e defesas civis regionais. Além da divulgação na imprensa regional, as previsões de tempo são materializadas na forma de boletins para os parceiros que são enviados pela internet, rádio e telefone quando for o caso. De maneira geral os boletins são produzidos a cada 6 horas e em alguns casos até 3 horas de antecedência. Em 2011, o Censipam emitiu 2.296 boletins

A Meta prevista para o ano de 2011 foi totalmente atingida.

- Programa Cartografia da Amazônia

O Programa de Cartografia da Amazônia é coordenado pelo Censipam e executado pelo Exército, Marinha, Aeronáutica e Serviço Geológico do Brasil. O Censipam recebe os recursos em seu orçamento e faz o repasse aos executores cada em que cada qual gera seus produtos cartográficos. Em 2011, o Censipam repassou o valor de R\$ 34.152.930,00, que somados aos repasses realizados desde 2008, quando iniciou-se o Programa já foram destacados R\$ 195.485.813,00 que equivale a 55,9% do total do Programa.

O Censipam é o coordenador do Projeto e os executores deverão apresentar seus resultados a partir de 2012, em cumprimento das metas definidas no Documento de Referência original, tais como os navios em construção pela Marinha, cartas topográficas pelo Exército, modernização e imageamento pela Aeronáutica e mapas geológicos pela CPRM.

Em 2011 os repasses financeiros não foram executados de acordo com o Documento de Referência do Projeto tendo em vista as restrições orçamentárias.

2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

QUADRO A.2.1 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

| Identificação do Programa de Governo | | | | | | |
|--|---|-------------------|-------------------|------------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| Código no PPA | 0496 | | | | | |
| Denominação | Informações Integradas para Proteção da Amazônia | | | | | |
| Tipo do Programa | Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais | | | | | |
| Objetivo Geral | Produzir informações sobre a região amazônica | | | | | |
| Objetivos Específicos | Integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações globais de governo na Amazônia legal, visando à proteção, à inclusão social e ao desenvolvimento sustentável da região | | | | | |
| Gerente | Rogério Guedes Soares | | | | | |
| Público Alvo | O Governo, em todas as esferas; a sociedade brasileira, em particular os Amazônidas; os organismos internacionais e as organizações não-governamentais com atuação na Região; e os países da América do Sul, prioritariamente os da fronteira amazônica | | | | | |
| Informações orçamentárias e financeiras do Programa | | | | | | Em R\$ 1,00 |
| Dotação | | Despesa Empenhada | Despesa Liquidada | Restos a Pagar não processados (1) | Valores Pagos | |
| Inicial | Final | | | | | |
| 88.870.000 | 88.870.000 | 58.013.336 | 41.779.276 | 5.249.470 | 41.423.532 | |
| Informações sobre os resultados alcançados | | | | | | |
| Ordem | Indicador (Unidade medida) | Referência | | | Índice previsto no exercício | Índice atingido no exercício |
| | | Data | Índice inicial | Índice final | | |
| 1 | Taxa Global de Atendimento às Demandas em Meteorologia, Sensoriamento Remoto e Inteligência pelos Órgãos Parceiros (%) | 31/12/07 | 70,00 | 90,00 | 90,00 | 62,20 |
| Fórmula de Cálculo do Índice | | | | | | |
| Taxa Global = 0,33 x Meteorologia (demanda atendida/demanda efetiva) + 0,33 x Sensoriamento Remoto (demanda atendida/demanda efetiva) + 0,33 x Inteligência (demanda atendida/demanda efetiva) | | | | | | |
| Fontes Primárias: Divisão de Meteorologia de Manaus, Coordenação-Geral de Operações e Coordenação-Geral de Inteligência do Censipam | | | | | | |
| Análise do Resultado Alcançado | | | | | | |

A taxa global representa uma média aritmética simples das taxas de satisfação dos órgãos parceiros do Censipam nas áreas de meteorologia, sensoriamento remoto e inteligência. O Censipam tem como meta, expressa no PPA 2008-2011, atingir taxa média de satisfação de 90% em 2011.

A taxa de satisfação das demandas de meteorologia representa uma razão percentual entre o número de boletins emitidos e o número de boletins previstos. A atividade meteorológica do Censipam produz para os órgãos parceiros e a sociedade três tipos de boletins segundo a periodicidade de divulgação: um boletim mensal, um boletim diário e três boletins especiais em dias úteis ou dois boletins especiais aos sábados, domingos e feriados. Durante os meses de janeiro a dezembro, a taxa de satisfação das demandas na área meteorológica corresponde a 99,6%. Neste período de tempo, foram emitidos e previstos 2.328 e 2.337 boletins respectivamente.

A taxa de satisfação das demandas de inteligência representa uma razão percentual entre o número de ações em apoio aos órgãos parceiros relacionados com atividades de inteligência e o número de demandas por apoio de tais órgãos. Durante os meses de janeiro a dezembro, a taxa de satisfação das demandas na área de inteligência corresponde a 87,0%. Neste período, ocorreram 54 demandas por apoio e 47 delas foi possível ser atendidas ainda em 2011.

A taxa de satisfação das demandas de sensoriamento remoto representa uma razão percentual entre o número de quilômetros quadrados imageados pelo Censipam e a demanda por imageamento em quilômetros quadrados dos órgãos parceiros. Em 2011, esta taxa de satisfação foi 0%.

Conclusão: A fórmula de cálculo do indicador é composta por três taxas de atendimento aos órgãos parceiros em diferentes áreas de atuação do Censipam com pesos equivalentes: meteorologia, inteligência e sensoriamento remoto. Tais taxas corresponderam a 99,6%, 87,0% e 0% em cada área respectivamente. Prontamente infere-se que a taxa de atendimento das demandas de sensoriamento remoto declinou a taxa global. Ocorre que, em novembro de 2011, a Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República demandou ao Censipam o imageamento de aproximadamente 5.816 Km² da Terra Indígena Kayabi, localizada no Estado do Mato Grosso, em razão do compromisso do governo federal em iniciar os trabalhos de demarcação das terras com o apoio das Forças Armadas, reivindicação antiga da população local. No entanto, a missão não ocorreu devido às condições meteorológicas, adicionado ao fato que o esforço aéreo do 2º/6º Grupo de Aviação já havia sido atingida naquele ano. Portanto, a missão de imageamento inexoravelmente foi postergada para o início de 2012, afetando diretamente o indicador em questão.

Fonte: SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual

Nota: (1) Foi considerado como Restos a Pagar não processados a diferença entre o RAP Inscrito e o RAP Pago dos exercícios anteriores.

Análise Crítica:

Sem considerar a ação 4322 - Manutenção do Sistema de Vigilância da Amazônia, o contingenciamento do orçamento no final do exercício foi de R\$ 23.437 mil. Contudo, o contingenciamento não afetou o resultado dos indicadores, embora possa afetar as ações orçamentárias.

Um dos motivos que também contribuiu para o não atingimento da meta proposta foi a redução do quadro de servidores, em função de evasão de temporários devido a proximidade ao término do contrato e cedidos a instituição devido a transferência de subordinação da Presidência da República para o Ministério da Defesa. Após a transição as gratificações de representação, tanto de militares quanto de civis, retornam para a Presidência da República quando da vacância do cargo, sem a possibilidade de novas nomeações. Assim, o órgão está mantendo gestões junto ao escalão superior para a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

QUADRO A.2.2 - EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

| Função | Subfunção | Programa | Ação | Tipo da Ação | Prioridade | Unidade de Medida (1) | Meta prevista | Meta realizada | Meta a ser realizada em 2012 |
|--------|-----------|----------|------|--------------|------------|-----------------------|---------------|----------------|------------------------------|
| 05 | 128 | 0496 | 4091 | A | 4 | unidade | 200 | 412 | 200 |
| 05 | 122 | 0496 | 13F9 | P | 4 | % de execução | 95 | 0 | 8 |
| 05 | 126 | 0496 | 20AY | A | 4 | % de execução | 1 | 1 | 1 |
| 05 | 122 | 0496 | 2272 | A | 4 | não se aplica | não se aplica | não se aplica | 4 |
| 05 | 542 | 0496 | 114H | P | 4 | % | 11 | 7,417 | 2.006 |
| 05 | 183 | 0496 | 6808 | A | 4 | unidade | 300 | 41 | 300 |
| 05 | 183 | 0496 | 8110 | A | 4 | km ² | 2.000.000 | 4.095.672 | 7.140.000 |

Fonte: SIGPlan – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual

Nota: (1) **Produto da Ação:** 4091 – Servidor capacitado; 13F9 – Edifício construído; 20AY – Sistema modernizado; 114H – Sistema implantado; 6808 – Estudo concluído; 8110 – Área monitorada

Legenda:

Função: Código da Função orçamentária relacionada à ação constante da LOA para o exercício de 2011 sob a gestão da UJ.

05 – Defesa Nacional

Subfunção: Código da Subfunção orçamentária relacionada à ação constante da LOA para o exercício de 2011 sob a gestão da UJ.

122 – Administração Geral

126 – Tecnologia da Informação

128 – Formação de Recursos Humanos

183 – Informação e Inteligência

542 – Controle Ambiental

Programa: Código do Programa orçamentário relacionado à ação constante da LOA para o exercício de 2011 sob a gestão da UJ.

0496 – Informações Integradas para Proteção da Amazônia

Ação: Código da ação orçamentária constante da LOA para o exercício de 2011 sob a gestão da UJ.

4091 – Capacitação de Recursos Humanos

13F9 – Construção do Edifício-Sede do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam

20AY – Evolução dos Sistemas de Telecomunicações, Tecnologia da Informação e Base de Dados

2272 – Gestão e Administração do Programa

114H – Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia

6808 – Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência

8110 – Sensoriamento Remoto

Tipo de Ação: Classificação da ação quanto ao seu tipo, podendo ser:

P – Projeto

A – Atividade

OP – Operação Especial

Prioridade: Classificação da ação quanto a sua prioridade, podendo ser:

1 – Ação do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) exceto PPI;

2 – Ação do PPI (Projeto Piloto de Investimento);

3 – Demais ações prioritárias;

4 – Ação não prioritária.

Unidade de Medida: Unidade de medida assinalada na ação constante da LOA para o exercício de 2011 sob a gestão da UJ.

Meta Prevista: Meta prevista de ser realizada em 2011.

Meta realizada: Meta efetivamente realizada em 2011.

Meta a ser realizada em 2012: Meta a ser realizada em 2012.

O produto da ação orçamentária 114H mudou de “Sistema Implantado” no PPA 2008-2011 para “Carta Produzida” no PPA 2012-2015.

Análise Crítica:

A ação orçamentária 4091 – Capacitação de Recursos Humanos – oferece aos servidores e demais agentes vinculados ao órgão cursos de treinamento, palestras, exposições, congressos e outros eventos, voltados para capacitação técnica e assimilação de conhecimentos, com vistas ao desempenho de suas atividades com maior eficiência. A meta prevista era capacitar 200 servidores, todavia, a meta foi ultrapassada, sobretudo em razão de inúmeras vagas oferecidas no curso “Google Earth Enterprise”. Este curso foi oferecido em razão da aquisição, pelo Censipam, dessa ferramenta com recursos orçamentários da ação 20AY, pois essa ação trata de temas de tecnologia da informação. Portanto, esta ação orçamentária contribui para o cumprimento da meta física da ação orçamentária 4091.

A ação orçamentária 13F9 – Construção do Edifício-Sede do Censipam – tem por objetivo a construção de prédio com área total de 2.575 m² de forma a proporcionar melhores condições para o exercício das atividades realizadas pelo órgão. Em 2011, não houve execução física e financeira dessa ação, pois ocorreram somente os preparativos para a contratação de empresa especializada para elaboração do projeto executivo da obra. A título de esclarecimento, a construção do prédio no novo Plano Plurianual, está previsto para até dezembro de 2015.

A ação orçamentária 20AY – Evolução dos Sistemas de Telecomunicações, Tecnologia da Informação e Base de Dados – possui a finalidade de garantir o funcionamento da rede própria de telecomunicações críticas na Amazônia, atualmente disponibilizada a diversos órgãos parceiros do Sipam, dos três poderes das esferas federal, estadual e municipal, populações indígenas e comunidades isoladas, além de propiciar a evolução do perfil do parque tecnológico do Sipam, com vistas a atender à geração e integração de informações sobre a Amazônia, possibilitando assim um melhor planejamento, articulação e coordenação das ações de governo na região. O produto da ação é o sistema modernizado e durante o exercício de 2011 as principais ações de modernização do Sipam foram alcançadas por meio da realização das missões de campo para substituição do sistema satelital Hughes para Gilat e a revitalização do parque de antenas meteorológicas.

A ação orçamentária 114H – Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia – tem como meta os levantamentos de dados básicos como topografia, geologia e cartas náuticas executados pelas Forças Armadas e Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e levantamentos temáticos que subsidiarão políticas públicas territoriais para o desenvolvimento regional da Amazônia Legal. O produto da ação é o sistema implantado. Durante o exercício de 2011 foi liquidado R\$ 25.959.699, correspondente a 7,42% do valor total do Projeto (R\$ 350.000.000). A parte da meta prevista e não realizada se tornou Restos a Pagar.

A ação orçamentária 6808 – Monitoramento Territorial e Ações de Inteligência – tem como escopo desenvolver atividades de inteligência, utilizando-se a infraestrutura do Sipam, com vistas à proteção territorial e ambiental da região amazônica. Em 2011, foram elaborados e concluídos 41 estudos. A meta prevista não foi atingida em função de mudança da metodologia no cômputo do produto da ação, mas não afetando as atividades da área.

A ação orçamentária 8110 – Sensoriamento Remoto – tem como propósito planejar, coordenar e executar a geração de informações aplicadas às políticas públicas territoriais voltadas para o desenvolvimento regional da Amazônia Legal. Em 2011, a área total monitorada pelo Censipam foi de 4.095.672 Km², ultrapassando a meta prevista em razão de intensa demanda dos órgãos parceiros por sensoriamento remoto. O apoio ao Programa Terra Legal, o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE) e o apoio ao Programa Bolsa Verde demandaram o monitoramento de 2.856.000 Km², 1.081.606 Km² e 158.066 Km² respectivamente.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Este grupo de demonstrativos compreende as informações sobre a programação orçamentária da UJ, que estão demonstradas em quatro (4) quadros, a saber: Programação de Despesas Correntes; Programação de Despesas de Capital; Quadro Resumo da Programação de Despesas; Reserva de Contingência e Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.

QUADRO A.2.3 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

| Denominação das Unidades Orçamentárias | Código da UO | Código SIAFI da UGO |
|--|--------------|---------------------|
| Presidência da República | 20101 | 110005 |
| Ministério da Defesa | 52101 | 110407 |

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

O **Quadro A.2.4** abaixo, denominado **Programação de Despesas Correntes**, está organizado em três (3) colunas duplas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica Despesas Correntes, quais sejam: 1 – Pessoal e Encargos Sociais; 2 – Juros e Encargos da Dívida; 3 – Outras Despesas Correntes. Cada grupo de despesa está segmentado nos exercícios de 2010 e 2011. As linhas, por sua vez, estão divididas em dois (2) grupos de informação: **LOA** e **CRÉDITOS**, que são compostos pelos campos de informações descritos a seguir:

QUADRO A.2.4 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Grupos de Despesas Correntes | | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------------------|----------|--------------------------------|----------|------------------------------|-------------------|------------|
| | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | | 2 – Juros e Encargos da Dívida | | 3- Outras Despesas Correntes | | |
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | | |
| | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | 0 | 0 | 0 | 0 | 48.320.000 | 68.968.000 |
| | PLOA | | 0 | 0 | 0 | 0 | 48.320.000 | 68.968.000 |
| | LOA | | 0 | 0 | 0 | 0 | 36.820.000 | 58.968.000 |
| CRÉDITOS | Suplementares | | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.400.000 | 9.300.000 |
| | Especiais | Abertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | Reabertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Extraordinários | Abertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | Reabertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Créditos Cancelados | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Outras Operações | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Total | | 0 | 0 | 0 | 0 | 40.220.000 | 68.268.000 | |

Fonte: SIAFI Gerencial e SIGPlan

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

O **Quadro A.2.5** abaixo, denominado **Programação de Despesas de Capital**, está organizado em três (3) colunas duplas, que contemplam os três (3) grupos de despesa da categoria econômica Despesas de Capital, quais sejam: 4 – Investimentos; 5 – Inversões Financeiras; 6 – Amortização da Dívida. Para cada grupo de despesa estão informados os valores correspondentes aos exercícios de 2010 e 2011.

QUADRO A.2.5 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Grupos de Despesa de Capital | | | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|------------------------------|-------------------|---------------------------|----------|--------------------------|----------|---|
| | | 4 – Investimentos | | 5 – Inversões Financeiras | | 6- Amortização da Dívida | | |
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | | |
| | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | 52.500.000 | 41.032.000 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | PLOA | | 52.500.000 | 41.032.000 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | LOA | | 49.250.000 | 38.152.000 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| CRÉDITOS | Suplementares | | 0 | 3.000.000 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Especiais | Abertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | Reabertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Extraordinários | Abertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | Reabertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Créditos Cancelados | | -3.400.000 | -8.600.000 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Outras Operações | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Total | | 45.850.000 | 32.552.000 | 0 | 0 | 0 | 0 | |

Fonte: Siafi Gerencial e SIGPlan

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

O **Quadro A.2.6** abaixo, denominado **Quadro Resumo da Programação de Despesas**, consolida as informações dos dois (2) demonstrativos anteriores (Quadros A.2.4 e A.2.5).

QUADRO A.2.6 - QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

| Origem dos Créditos Orçamentários | | Despesas Correntes | | Despesas de Capital | | 9 – Reserva de Contingência | | |
|-----------------------------------|--------------------------|--------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-----------------------------|----------|---|
| | | Exercícios | | Exercícios | | Exercícios | | |
| | | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | |
| LOA | Dotação proposta pela UO | | 52.500.000 | 68.968.000 | 48.320.000 | 41.032.000 | 0 | 0 |
| | PLOA | | 52.500.000 | 68.968.000 | 48.320.000 | 41.032.000 | 0 | 0 |
| | LOA | | 36.820.000 | 58.968.000 | 49.250.000 | 38.152.000 | 0 | 0 |
| CRÉDITOS | Suplementares | | 3.400.000 | 9.300.000 | 0 | 3.000.000 | 0 | 0 |
| | Especiais | Abertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | Reabertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Extraordinários | Abertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | | Reabertos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Créditos Cancelados | | 0 | 0 | -3.400.000 | -8.600.000 | 0 | 0 |
| Outras Operações | | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | |
| Total | | 40.220.000 | 68.268.000 | 45.850.000 | 32.552.000 | 0 | 0 | |

Fonte: : Siafi Gerencial e SIGPlan

Análise crítica: Considerando as necessidades apresentadas por esta UG para a execução do Programa 0496 – Informações Integradas pra Proteção da Amazônia, cumpre-nos registrar que as alterações orçamentárias ocorridas durante o exercício de 2011, viabilizadas em razão da aprovação de créditos suplementares e cancelamentos solicitados por esta UG, foram determinantes para a adequada realização das atividades previstas, bem como para o cumprimento da programação de trabalho.

2.4.2 Quadro de Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

O **Quadro A.2.7** abaixo, denominado **Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**, detalha a movimentação orçamentária por grupo de despesa.

Valores em R\$
1,00

QUADRO A.2.7 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG concedent e ou receptor a | Classificação da ação | Despesas Correntes | | | |
|-------------------------------------|---------------------------|------------------------------|------------------------|--------------------------------|--------------------------------|-------------------------------|--------|
| | | | | 1 – Pessoal e Encargos Sociais | 2 – Juros e Encargos da Dívida | 3 – Outras Despesas Correntes | |
| Movimentação Interna | Concedidos (29.222.01.00) | - | - | 0 | 0 | 0 | |
| | TOTAL | - | - | 0 | 0 | 0 | |
| | Recebidos (19.222.01.00) | 110407 | 5210105122075020000001 | 0 | 0 | 3.079.816 | |
| | | | 5210105122075028670001 | 0 | 0 | 124.035 | |
| | | | 5210105122049622720001 | 0 | 0 | 11.190.672 | |
| | | | 5210105126049620AY0001 | 0 | 0 | 5.346.669 | |
| | | | 5210105128049640910001 | 0 | 0 | 764.000 | |
| | | | 5210105183049668080001 | 0 | 0 | 1.000.000 | |
| | | | 5210105183049681100001 | 0 | 0 | 1.707.100 | |
| | | | 52101055420496114H0001 | 0 | 0 | 519.115 | |
| | | | 110120 | 2011806122064122720001 | 0 | 0 | 16.605 |
| | | | 110005 | 2010104128049640910001 | 0 | 0 | 56.000 |
| | 2010104122049622720001 | 0 | | 0 | 2.629.863 | | |
| | 2010104126049620AY0001 | 0 | | 0 | 993.331 | | |
| | 2010104183049681100001 | 0 | | 0 | 90.510 | | |
| 20101045420496114H0001 | 0 | 0 | 240.471 | | | | |
| TOTAL | - | - | 0 | 0 | 27.758.187 | | |
| Movimentação Externa | Concedidos (29.221.01.01) | 240101 | 5210105122049622720001 | 0 | 0 | 22.349 | |
| | | 495001 | 52101055420496114H0001 | 0 | 0 | 250.000 | |
| | | 160509 | 52101055420496114H0001 | 0 | 0 | 199.995 | |
| | | 160509 | 20101045420496114H0001 | 0 | 0 | 240.077 | |
| | TOTAL | - | - | 0 | 0 | 712.421 | |
| | Recebidos (19.221.01.01) | 110120 | 2011806122064122720001 | 0 | 0 | 857.073 | |
| | | 443024 | 449011854113322B220001 | 0 | 0 | 79.572 | |
| | | 490002 | 4910121122075020000001 | 0 | 0 | 48.252 | |
| | | | 4910121122075020000001 | 0 | 0 | 168.260 | |
| | | 443032 | 4420718122050822720001 | 0 | 0 | 7.433 | |
| | | | 4420718122051122720001 | 0 | 0 | 27.925 | |
| | | | 4420718122075020000001 | 0 | 0 | 69.510 | |
| | | | 4420718122133222720001 | 0 | 0 | 127.774 | |
| | | 323031 | 3226525122027120000001 | 0 | 0 | 51.015 | |
| | 550007 | 5510108126133564140001 | 0 | 0 | 52.004 | | |
| TOTAL | - | - | 0 | 0 | 1.488.818 | | |
| Natureza da Movimentação de Crédito | | UG concedent e ou receptor a | Classificação da ação | Despesas de Capital | | | |
| | | | | 4 – Investimentos | 5 – Inversões Financeiras | 6 – Amortização da Dívida | |
| Movimentação Interna | Concedidos | - | - | 0 | 0 | 0 | |
| | TOTAL | - | - | 0 | 0 | 0 | |
| | Recebidos (19.222.01.00) | 110407 | 5210105122049622720001 | 60.000 | 0 | 0 | |
| | | | 5210105126049620AY0001 | 612.000 | 0 | 0 | |
| 52101055420496114H0001 | | | 3.552 | 0 | 0 | | |
| TOTAL | - | - | 675.552 | 0 | 0 | | |
| Movimentação Externa | Concedidos (29.221.01.01) | - | - | 0 | 0 | 0 | |

| | | | | | | |
|--|-------------------------------------|---|---|----------|----------|----------|
| | TOTAL | - | - | 0 | 0 | 0 |
| | Recebidos (19.221.01.01) | - | - | 0 | 0 | 0 |
| | TOTAL | - | - | 0 | 0 | 0 |

Fonte: SIAFI Operacional

Análise crítica: Análise crítica

Ao longo do ano 2011, as Transferências de Recursos – Recebimentos, ocorreram em função do cumprimento de instrumentos firmados com o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, e de valores referentes ao rateio de despesas em função de Termos de Cessão de uso de Instalações no CCG e Centros Regionais, com os órgãos parceiros, ICMBio, MDA/Terra Legal, ABIN, e Agência Nacional do Petróleo – ANP. As Transferências de Recursos – Concessões, deram-se em função do Programa Cartografia da Amazônia, e do rateio de despesas de manutenção das áreas dos Blocos “K”, “J” e “T”, utilizados pelo CENSIPAM e inseridos em condomínio sob gestão do MCT.

DESPESAS CORRENTES: (Valores expressos R\$ mil)

Movimentação Interna

Recursos Concedidos: Não é o caso

Recursos Recebidos:

Da UG 110407 – DEORF/MD – R\$ 23.731.408, referente ao Programa 0496 – Informações Integradas para Proteção da Amazônia, constante da LOA 2011.

Da UG 110120 – AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA – R\$ 16.605, com a finalidade de atendimento de despesas com o rateio do condomínio, por uso de imóvel CENSIPAM/CR – MANAUS-AM.

Da UG 110005 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – PR – R\$ 4.010.174 – referente ao Programa 0496 – Informações Integradas para Proteção da Amazônia, constante da LOA 2011.

Movimentação Externa

Recursos Concedidos:

À UG 240101 – COORD. GER. REC. LOG – MCT – R\$ 22.349, referente a cobertura de rateio de despesas de manutenção das áreas dos Blocos “K”, “J” e “T”, utilizados pelo CENSIPAM e inseridos em condomínio sob gestão do MCT.

À UG 495001 – CPRM – R\$ 250.000, referente a transferências de créditos em atendimento ao Acordo de Cooperação Técnica nº 003/2008 (PROJETO CARTOGRAFIA DA AMAZÔNIA) firmado entre o EXÉRCITO, MARINHA AERONÁUTICA, CPRM e o CENSIPAM.

À UG 160509 – SEF-GESTOR – EXÉRCITO – R\$ 199.995, referente a transferências de créditos em atendimento ao Acordo de Cooperação Técnica nº 003/2008 (PROJETO CARTOGRAFIA DA AMAZÔNIA) firmado entre o EXÉRCITO, MARINHA AERONÁUTICA, CPRM e o CENSIPAM.

À UG 160509 – SEF-GESTOR – EXÉRCITO – R\$ 240.077, referente a transferências de créditos em atendimento ao Acordo de Cooperação Técnica nº 003/2008 (PROJETO CARTOGRAFIA DA AMAZÔNIA) firmado entre o EXÉRCITO, MARINHA AERONÁUTICA, CPRM e o CENSIPAM.

Recursos recebidos:

Da UG 110120 – AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA – R\$ 857.073, referente a ressarcimento de rateio de despesas condominiais, por uso de imóvel do CENSIPAM/CR –

MANAUS-AM, por força do Termo de Cessão de Uso nº 002/2008.

Da UG 443024 – FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – R\$ 79.572, referente ao Termo de Cooperação assinado em 21 maio 2010, em proveito do Programa Arco Verde.

Da UG 490002 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – R\$ 48.252, referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas nos CR-Belém, CR-Manaus e CR-Porto Velho.

Da UG 490002 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – R\$ 168.260, referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas nos CR-Belém, CR-Manaus e CR-Porto Velho.

Da UG 443032 - INSTITUTO CHICO MENDES DE BIO-DIVERSIDADE – R\$ 7.433, referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas nos CR-Belém, CR-Manaus e CR-Porto Velho.

Da UG 443032 - INSTITUTO CHICO MENDES DE BIO-DIVERSIDADE – R\$ 27.925, referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas nos CR-Belém, CR-Manaus e CR-Porto Velho.

Da UG 443032 - INSTITUTO CHICO MENDES DE BIO-DIVERSIDADE – R\$ 69.510, referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas nos CR-Belém, CR-Manaus e CR-Porto Velho.

Da UG 443032 - INSTITUTO CHICO MENDES DE BIO-DIVERSIDADE – R\$ 127.774, referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas nos CR-Belém, CR-Manaus e CR-Porto Velho.

Da UG 323031 – ESCRITÓRIO CENTRAL DA AGENCIA NACIONAL DE PETRÓLEO – ANP – R\$ 51.015, referente ao ressarcimento de despesas por utilização de áreas físicas no CR-Manaus, conforme Termo de Cessão de Uso 005/2010.

Da UG 550007 – SECRETARIA NACIONAL DE RENDA - MDS – R\$ 52.004, referente ao Termo de Cooperação firmado pelo CENSIPAM, com o MDS, em proveito ações conjuntas na Amazônia Legal.

DESPESAS DE CAPITAL:

Movimentação Interna

Recursos concedidos: Não é o caso

Recursos Recebidos:

Da UG 110407 – DEORF/MD – R\$ 675.552, referente ao Programa 0496 – Informações Integradas para Proteção da Amazônia, constante da LOA 2011.

Movimentação Externa

Recursos Concedidos: Não é o caso

Recursos Recebidos: Não é o caso

2.4.3 Execução Orçamentária da Despesa
 2.4.3.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ
 2.4.3.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

QUADRO A.2.8 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS
 ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$
 1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|------------------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|------------------------|
| | 2011 (29.241.03.00) | 2010 (29.241.03.00) | 2011 (29.241.03.00) | 2010 (29.241.03.00) |
| Modalidade de Licitação | 13.988.389 | 36.878.953 | 14.039.161 | 36.878.953 |
| Convite | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Tomada de Preços | 10.666 | 96.561 | 10.666 | 96.561 |
| Concorrência | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Pregão | 13.977.723 | 36.782.392 | 13.977.723 | 36.782.392 |
| Concurso | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Consulta | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Registro de Preços | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Contratações Diretas | 3.040.653 | 3.157.919 | 3.040.653 | 3.157.919 |
| Dispensa | 2.951.820 | 2.953.700 | 2.951.820 | 2.953.700 |
| Inexigibilidade | 88.833 | 204.219 | 88.833 | 204.219 |
| Regime de Execução Especial | 72.141 | 85.295 | 72.141 | 85.295 |
| Suprimento de Fundos | 72.141 | 85.295 | 72.141 | 85.295 |
| Pagamento de Pessoal | 347.881 | 752.632 | 347.881 | 752.632 |
| Pagamento em Folha | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Diárias | 347.881 | 752.632 | 347.881 | 752.632 |
| Outros (Não se aplica) | 918.412 | 2.623.576 | 918.412 | 2.623.576 |
| Total | 18.367.476 | 43.498.375 | 18.367.476 | 43.498.375 |

Fonte: Siafi Operacional

Na modalidade Dispensa, (C/C: 29.241.03.06), do valor de R\$ 2.951.820, a importância de R\$ 2.681.159 refere-se a gastos com fornecimento de energia elétrica por concessionárias de serviço público.

Na modalidade Suprimento de Fundos, do valor de R\$ 72.141, registrado na (C/C: 29.241.03.09), a importância de R\$ 4.333, refere-se a valor inscrito em RP/2011, na UG 110511 e cancelado em 2012, ainda os valores R\$ 6.707 e 2.355, referem-se a importâncias registradas nas contas 3.33.90.30.96 e 3.33.90.39.96, respectivamente nas UG 110197 e 110551, sendo que ambos permaneceram pendentes de baixa e cancelamento devido a dificuldades operacionais no SIAFI, cujos suprimentos foram comprovados na UG 110511. Portanto, a despesa efetiva com suprimento de fundos no ano de 2011, foi de R\$ 58.746.

Na modalidade Outros (Não se Aplica), (C/C: 29.241.03.08), do valor de R\$ 918.412 a importância de R\$ 500.000, refere-se a repasse efetuado à FAPEAM/AM, CNPJ 05.666.943/00001-71, por força do Convênio 001/2007 – SICONV 599159. E R\$ 285.000 refere-se a repasse efetuado à FAPESPA-PA, CNPJ: 09.025.418/0001-28, por força do Convênio 0001/2009 – SICONV 724129/2009.

Ainda, da leitura da C/C 29.241.03.08 – Não Aplicável, foi deduzida a importância de 347.881, referente a diárias, tendo sido explicitado o valor em linha própria.

2.4.3.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

QUADRO A.2.9 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| 1 – Despesas de Pessoal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1º elemento de despesa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2 – Juros e Encargos da Dívida | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1º elemento de despesa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3 – Outras Despesas Correntes | 18.230.400 | 27.549.465 | 13.900.264 | 17.026.145 | 4.330.136 | 10.523.320 | 13.900.264 | 17.026.145 |
| 33.90.39 | 10.618.073 | 17.951.121 | 8.291.116 | 8.953.386 | 2.326.957 | 8.997.735 | 8.291.116 | 8.953.386 |
| 33.90.37 | 4.280.277 | 3.930.378 | 3.343.699 | 3.461.889 | 936.578 | 468.489 | 3.343.699 | 3.461.889 |
| 33.90.30 | 1.694.042 | 1.567.785 | 676.833 | 608.649 | 1.017.209 | 959.136 | 676.833 | 608.649 |
| Demais elementos grupo | 1.638.008 | 4.100.181 | 1.588.616 | 4.002.221 | 49.392 | 97.960 | 1.588.616 | 4.002.221 |

Fonte: Siafi Gerencial

2.4.3.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa Créditos Originários da UJ

QUADRO A.2.10 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS ORIGINÁRIOS DA UJ

Valores em R\$ 1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|------------------|--------------------|------------------|---------------|------------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| 4 – Investimentos | 137.077 | 10.556.205 | 15.642 | 1.236.200 | 121.435 | 9.320.005 | 15.642 | 1.236.200 |
| 44.90.52 | 113.876 | 9.865.944 | 14.076 | 1.132.500 | 99.800 | 8.733.444 | 14.076 | 1.132.500 |
| 44.90.39 | 10.969 | 490.000 | 0 | 0 | 10.969 | 490.000 | 0 | 0 |
| 44.90.51 | 10.666 | 200.261 | 0 | 103.700 | 10.666 | 96.561 | 0 | 103.700 |
| Demais elementos | 1.566 | 0 | 1566 | 0 | 0 | 0 | 1566 | 0 |
| 5 – Inversões Financeiras | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1º Elemento | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 6 – Amortização da Dívida | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1º Elemento | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: Siafi Gerencial

Análise crítica

Ocorreram remanejamentos ao longo do exercício financeiro, para adequação às necessidades da UJ no cumprimento de seus objetivos, conforme demonstrado no Quadro A .2..6 .

2.4.3.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

2.4.3.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.11 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$
1,00

| Modalidade de Contratação | Despesa Liquidada | | Despesa paga | |
|------------------------------------|------------------------|------------------------|------------------|----------------|
| | 2011 (29.241.03.00) | 2010 (29.241.03.00) | 2011 | 2010 |
| Licitação | 1.048.527 | 201.132 | 1.048.527 | 201.132 |
| Convite | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Tomada de Preços | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Concorrência | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Pregão | 1.048.527 | 201.132 | 1.048.527 | 201.132 |
| Concurso | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Consulta | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Contratações Diretas | 326.043 | 62.454 | 326.043 | 62.454 |
| Dispensa | 326.043 | 62.454 | 326.043 | 62.454 |
| Inexigibilidade | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Regime de Execução Especial | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Suprimento de Fundos | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Pagamento de Pessoal | 45.781 | 0 | 45.781 | 0 |
| Pagamento em Folha | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Diárias | 45.781 | 0 | 45.781 | 0 |
| Outras (Não se aplica) | 3.233.248 | 1.380 | 3.233.248 | 1.380 |
| TOTAL | 4.653.599 | 264.966 | 4.653.599 | 264.966 |

Fonte:

2.4.3.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.12 - DESPESAS CORRENTES POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|---------------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|----------------|--------------------|------------------|------------------|----------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| 1 – Despesas de Pessoal | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 33.90.39 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 33.90.37 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 33.90.92 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Demais elementos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2 – Juros e Encargos da Dívida | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1º elemento de despesa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 3- Outras Despesas Correntes | 1.488.818 | 1.569.717 | 1.416.494 | 174.570 | 83.429 | 1.395.147 | 1.416.494 | 174.570 |
| 33.90.39 | 1.074.895 | 1422.720 | 996.059 | 123.219 | 78.836 | 1.299.501 | 996.059 | 123.219 |
| 33.90.37 | 291.217 | 117.895 | 286.624 | 43.071 | 4.593 | 74.824 | 286.624 | 43.071 |
| 33.90.92 | 87.005 | | 87.005 | | 0 | | 87.005 | |
| Demais elementos | 35.701 | 29.102 | 46.806 | 8.280 | 0 | 20.822 | 46.806 | 8.280 |

Fonte: SIAFI Operacional

2.4.3.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

QUADRO A.2.13 - DESPESAS DE CAPITAL POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA DOS CRÉDITOS RECEBIDOS POR MOVIMENTAÇÃO Valores em R\$ 1,00

| Grupos de Despesa | Despesa Empenhada | | Despesa Liquidada | | RP não processados | | Valores Pagos | |
|----------------------------------|-------------------|------------------|-------------------|---------------|--------------------|------------------|---------------|---------------|
| | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 | 2011 | 2010 |
| 4 - Investimentos | 0 | 4.088.318 | 0 | 90.396 | 0 | 3.997.922 | 0 | 90.396 |
| 44.90.52 | 0 | 2.583.808 | 0 | 90396 | 0 | 2.493.412 | 0 | 90.396 |
| 44.90.39 | 0 | 1.504.510 | 0 | 0 | 0 | 1.504.510 | 0 | 0 |
| 5 - Inversões Financeiras | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1º elemento de despesa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 6 - Amortização da Dívida | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 1º elemento de despesa | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: Siafi Operacional

Análise crítica:

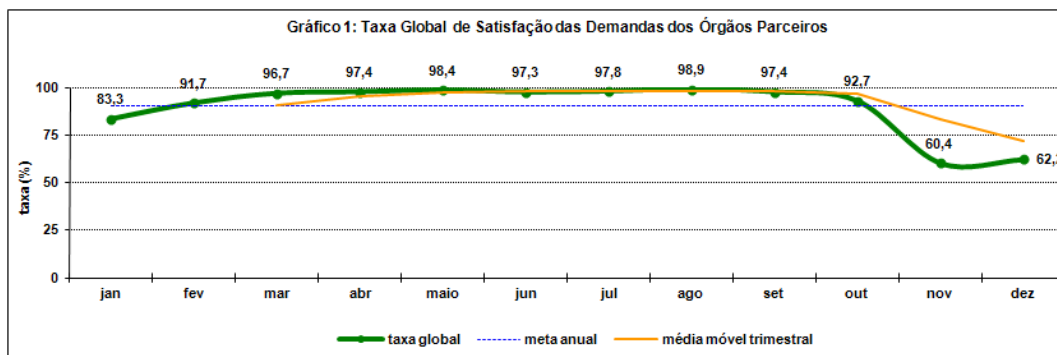
Quadros A.2.8 – Despesas por Modalidade de Contratação de Créditos Originários da UJ e Quadro A.2.11 – Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos recebidos por movimentação, no ano 2011 os valores liquidados e pagos são iguais por não ter havido inscrição de restos a pagar liquidado. O somatório dos saldos por item, dos respectivos quadros, corresponde ao total da conta corrente 29.241.03.00 constante do Balancete da UJ.

2.5 Indicadores Institucionais

Além do preenchimento dos quadros previstos na Portaria-TCU 123 de 12 de maio de 2011, a UJ elaborou um indicador macro do programa bem como outros indicadores dos produtos e serviços da Instituição, os quais traduzem a efetividade da aplicação dos recursos.

2.5.1 Taxa Global de Satisfação das Demandas Meteorologia, Sensoriamento Remoto e Inteligência dos Órgãos Parceiros

A taxa global representa uma média aritmética simples das taxas de satisfação dos órgãos parceiros do Censipam nas áreas de meteorologia, sensoriamento remoto e inteligência. O Censipam tem como meta, expressa no PPA 2008-2011, atingir taxa média de satisfação de 90% em 2011.

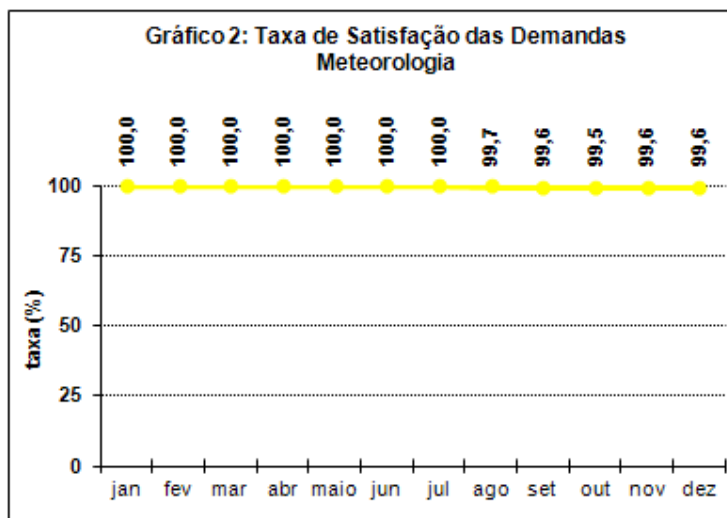


Utilidade: Mensura-se a satisfação dos Órgãos Parceiros frente ao atendimento das demandas, proporcionando ao gestor uma análise sobre os atendimentos das demandas e a possibilidade de direcionar esforços em produtos estratégicos para a UJ.

Mensurabilidade: O indicador é simples de ser mensurável, relativa facilidade de ser auditável e os custos associados à medição são ínfimos.

2.5.1.1 Indicador de Satisfação das Demandas de Meteorologia

A taxa de satisfação das demandas de meteorologia representa uma razão percentual entre o número de boletins emitidos e o número de boletins previstos. A atividade meteorológica do Censipam produz para os órgãos parceiros e a sociedade três tipos de boletins segundo a periodicidade de divulgação: um boletim mensal, um boletim diário e três boletins especiais em dias úteis ou dois boletins especiais aos sábados, domingos e feriados. Durante os meses de janeiro a dezembro, a taxa de satisfação das demandas na área meteorológica corresponde a 99,6%. Neste período de tempo, foram emitidos e previstos 2.328 e 2.337 boletins respectivamente.

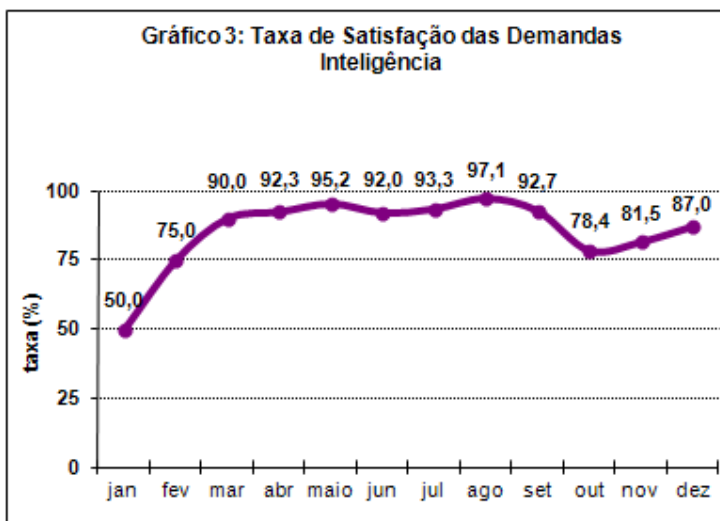


Utilidade: Mensura-se a satisfação dos Órgãos Parceiros frente ao atendimento das demandas de meteorologia, proporcionando ao gestor uma análise sobre os atendimentos dessas e o direcionamento de esforços.

Mensurabilidade: O indicador é simples de ser mensurável, relativa facilidade de ser auditável e os custos associados à medição são ínfimos.

2.5.1.2 Indicador de Satisfação das Demandas de Inteligência

A taxa de satisfação das demandas de inteligência representa uma razão percentual entre o número de ações em apoio aos órgãos parceiros relacionados com atividades de inteligência e o número de demandas por apoio de tais órgãos. Durante os meses de janeiro a dezembro, a taxa de satisfação das demandas na área de inteligência corresponde a 87,0%. Neste período, ocorreram 54 demandas por apoio e 47 delas foi possível ser atendidas ainda em 2011.

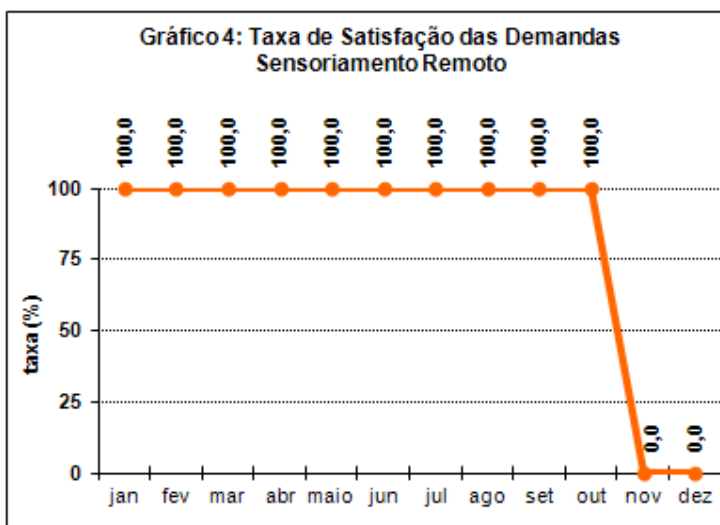


Utilidade: Mensura-se a satisfação dos Órgãos Parceiros frente ao atendimento das demandas de inteligência, proporcionando ao gestor uma análise sobre os atendimentos dessas e o direcionamento de esforços.

Mensurabilidade: O indicador é simples de ser mensurável, relativa facilidade de ser auditável e os custos associados à medição são ínfimos.

2.5.1.3 Indicador de Satisfação das Demandas de Sensoriamento Remoto

A taxa de satisfação das demandas de sensoriamento remoto representa uma razão percentual entre o número de quilômetros quadrados imageados pelo Censipam e a demanda por imageamento em quilômetros quadrados dos órgãos parceiros. Em 2011, esta taxa de satisfação foi 0%.



Utilidade: Mensura-se a satisfação dos Órgãos Parceiros frente ao atendimento das demandas de sensoriamento remoto, proporcionando ao gestor uma análise sobre os atendimentos dessas e o direcionamento de esforços.

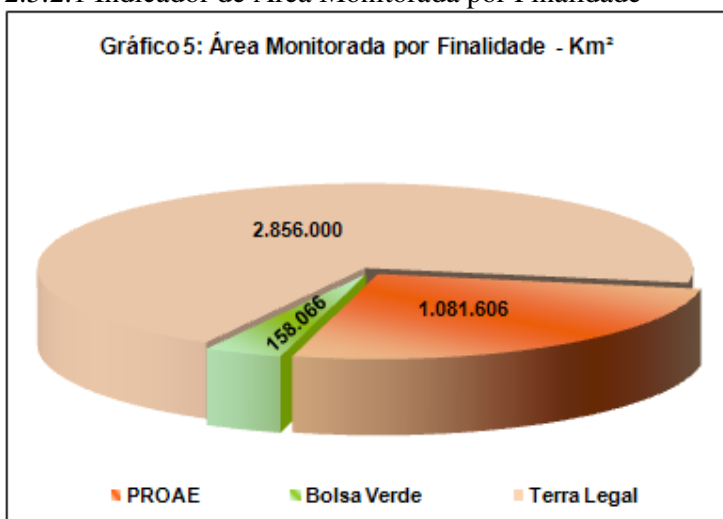
Mensurabilidade: O indicador é simples de ser mensurável, relativa facilidade de ser auditável e os custos associados à medição são ínfimos.

Conclusão

A fórmula de cálculo do indicador é composta por três taxas de atendimento aos órgãos parceiros em diferentes áreas de atuação do Censipam com pesos equivalentes: meteorologia, inteligência e sensoriamento remoto. Tais taxas corresponderam a 99,6%, 87,0% e 0% em cada área respectivamente, sendo que com os índices apresentados o resultado do indicador global foi de 62%. Prontamente infere-se que a taxa de atendimento das demandas de sensoriamento remoto declinou a taxa global. Ocorre que, em novembro de 2011, a Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República demandou ao Censipam o imageamento de aproximadamente 5.816 Km² da Terra Indígena Kayabi, localizada no Estado do Mato Grosso, em razão do compromisso do governo federal em iniciar os trabalhos de demarcação das terras com o apoio das Forças Armadas, reivindicação antiga da população local. No entanto, a missão não ocorreu devido às condições meteorológicas, adicionado ao fato que o esforço aéreo do 2º/6º Grupo de Aviação já havia sido atingida naquele ano. Portanto, a missão de imageamento inexoravelmente foi postergada para o início de 2012, afetando diretamente o indicador em questão.

2.5.2 Outros indicadores institucionais

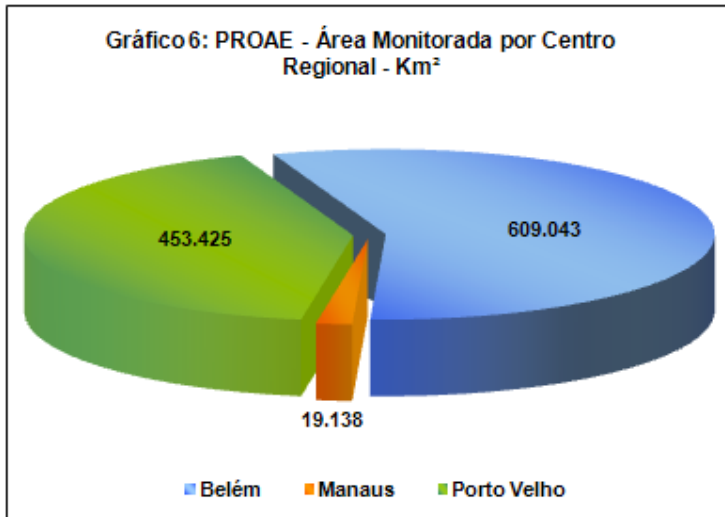
2.5.2.1 Indicador de Área Monitorada por Finalidade



Utilidade: Mensura-se o esforço empreendido pelo Censipam para cada política pública que apóia. Em 2011, o Programa Terra Legal foi o que teve maior área monitorada pela equipe técnica do Censipam.

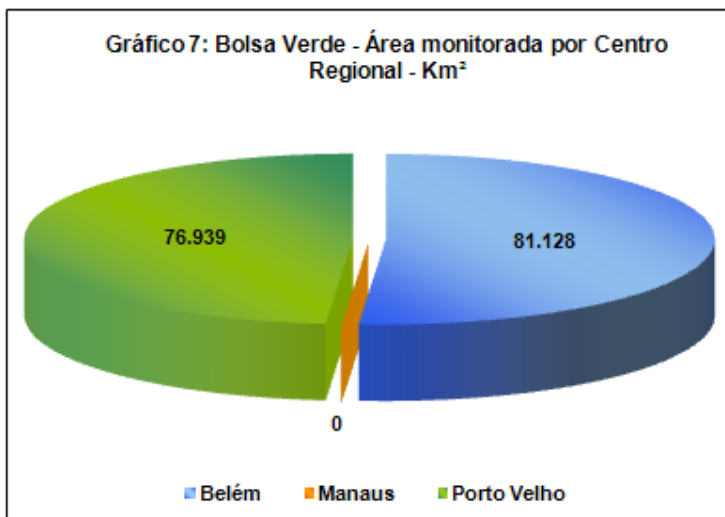
Mensurabilidade: O indicador é simples de ser mensurável, relativa facilidade de ser auditável e os custos associados à medição são ínfimos.

2.5.2.2 Indicador de Área Monitorada por Centro Regional e Produtos



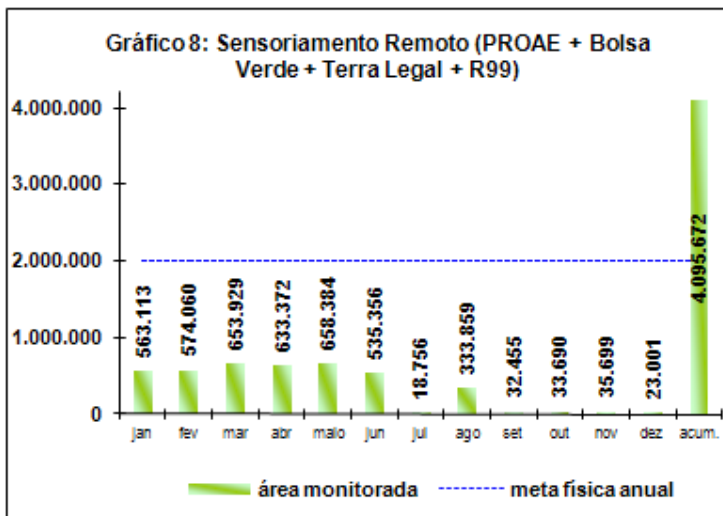
Utilidade: Neste indicador o tomador de decisão poderá verificar se o esforço de cada Centro Regional do Censipam está compatível com a quantidade de servidores disponível em cada Centro. Em 2011, o Centro Regional de Belém foi o Centro Regional que mais apoiou o Programa de Monitoramento de Áreas Especiais (ProAE).

Mensurabilidade: O indicador é simples de ser mensurável, relativa facilidade de ser auditável e os custos associados à medição são ínfimos.



Utilidade: Neste indicador o tomador de decisão poderá verificar se o esforço de cada Centro Regional do Censipam está compatível com a quantidade de servidores disponível em cada Centro. Em 2011, o Centro Regional de Manaus não pode apoiar o Programa Bolsa Verde.

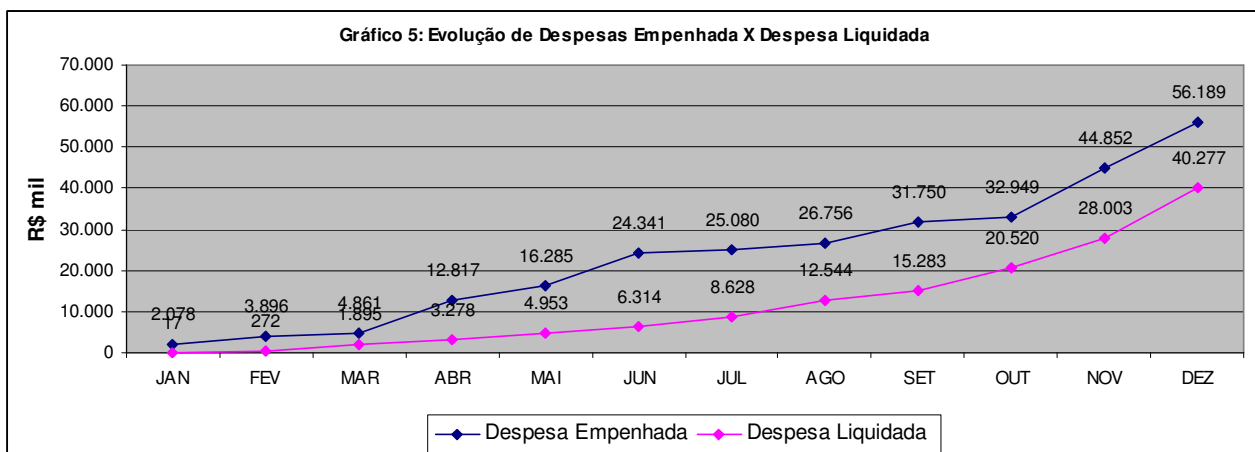
Mensurabilidade: O indicador é simples de ser mensurável, relativa facilidade de ser auditável e os custos associados à medição são ínfimos.



Utilidade: Neste indicador o tomador de decisão poderá verificar os meses do ano que houve maior demanda da equipe técnica do Censipam. Uma das utilidades desse indicador é verificar se existe capacidade ociosa para que o órgão possa assumir outros compromissos com os órgãos parceiros. De outro modo, o gestor poderá distribuir durante os meses do ano de forma mais equânime a carga de trabalho da equipe técnica.

Mensurabilidade: O indicador é simples de ser mensurável, relativa facilidade de ser auditável e os custos associados à medição são ínfimos.

2.5.2.3 Indicador de Execução Financeira



Utilidade: Neste indicador o gestor poderá verificar a evolução das despesas liquidadas em relação as empenhadas, proporcionando condições de monitoramento do prováveis valores inscritos em resto a pagar com vistas a manutenção dos índices de restos a pagar compatíveis de maneira ao não comprometimento do orçamento do ano seguinte.

Mensurabilidade: O indicador é simples de ser mensurável, relativa facilidade de ser auditável e os custos associados à medição são ínfimos.

3 INFORMAÇÕES SOBRE A MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

3.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

O Quadro A.3.1 abaixo contempla o montante de restos a pagar de exercícios anteriores inscritos e os respectivos valores cancelados e pagos acumulados até o final do exercício de referência do relatório de gestão, bem como o saldo a pagar apurado no dia 31/12/2011, estando dividido em duas partes: Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados, que contêm a mesma estrutura de informação, que se descreve a seguir.

QUADRO A.3.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$
1,00

| Restos a Pagar Processados | | | | |
|--------------------------------|---|---|--|--|
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito (19.521.01.00) | Cancelamentos acumulados | Pagamentos acumulados (29.521.02.01) | Saldo a Pagar em 31/12/2011 |
| 2010 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| 2009 | 9.527 | 0 | 9.527 | 0 |
| 2008 | 4.324 | 0 | 4.324 | 0 |
| Restos a Pagar não Processados | | | | |
| Ano de Inscrição | Montante Inscrito (19.512.00.00 + 19.511.00.00) | Cancelamentos acumulados (19.514.00.00) | Pagamentos acumulados (29.511.03.00) | Saldo a Pagar em 31/12/2011 (29.511.01.00 + 29.521.01.01) |
| 2010 | 25.193.794 | 2.317.068 | 20.966.682 | 1.910.044 |
| 2009 | 12.191.371 | 3.158.971 | 9.032.400 | 0 |
| 2008 | 375.269 | 375.269 | 0 | 0 |
| | | | | |
| Observações: | | | | |

Fonte: Siafi Operacional

3.2 Análise crítica

A UJ tem por determinação efetuar a liquidação e o pagamento de suas despesas de maneira tempestiva inscrevendo em Restos a Pagar somente aquelas despesas que efetivamente não possam ser liquidadas no exercício, procurando desta forma não impactar as disponibilidades financeiras do exercício seguinte. Quanto ao efetivo pagamento de despesas inscritas em Restos a Pagar, esta UJ tem procurado empreender ações no sentido de sua agilização, sem prejuízo dos aspectos legais do processo e da correção em sua execução. Contudo, conforme demonstrado no (Quadro A.4.1) a existência de saldo em Restos a Pagar pode ser explicado, da seguinte forma:

VALORES INSCRITOS E REINSCRITOS:

Correspondiam a valores de Resto a Pagar à liquidar, no início do exercício, referentes a bens e/ou serviços cujas entregas e/ou prestação demonstravam-se do interesse da administração pública, justificando-se desta forma as inscrições de RP/2010, e reinscrições em Restos a Pagar 2007, 2008 e 2009.

VALORES CANCELADOS NO ANO 2011:

RP 2007: R\$ 1.967.699 - Valor cancelado, através de processo automático, em atendimento a Portaria STN nº 311, de 13 de maio de 2011, por bloqueio, de acordo com os Incisos I e II do Decreto 7.468, de 28 de abril de 2011.

RP 2008: R\$ 375.269 - Valor cancelado, através de processo automático, em atendimento a Portaria STN nº 311, de 13 de maio de 2011, por bloqueio, de acordo com os Incisos I e II do Decreto 7.468, de 28 de abril de 2011.

RP 2009: R\$ 3.158.971 - Valor cancelado, através de processo automático, em atendimento a Portaria STN nº 311, de 13 de maio de 2011, por bloqueio, de acordo com os Incisos I e II do Decreto 7.468, de 28 de abril de 2011.

RP 2010: R\$ 2.317.068 - Valor cancelado, ao longo do exercício financeiro 2011, por demanda da própria UJ.

VALORES PAGOS: De acordo com a rotina normal de atestação, liquidação e pagamento.

VALORES A PAGAR:

A permanência de saldo de Restos a Pagar/2010, inscritos e devidamente registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, ocorreu por interesse da administração, sem impedimentos das normas vigentes.

4 INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UNIDADE, CONTEMPLANDO AS SEGUINTE PERSPECTIVAS:

- a) composição do quadro de servidores ativos;
- b) composição do quadro de estagiários;
- c) custos associados à manutenção dos recursos humanos;
- d) locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços e
- e) indicadores gerenciais sobre recursos humanos.

No presente item deixam de ser prestadas informações que tratam da composição do quadro de servidores inativos e pensionistas, tendo em vista que esta UJ não possui encargos dessa natureza.

4.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

O perfil do quadro de servidores ativos da UJ está demonstrado por meio de cinco (5) quadros evidenciando, cada um, os seguintes aspectos do quadro de pessoal: No Quadro A.4.1 está demonstrada a composição da força de trabalho da UJ; no Quadro A.4.2 a UJ evidenciam-se as situações que reduzem sua força efetiva de trabalho; no Quadro A.4.3 está demonstrada a distribuição dos cargos em comissão e das funções gratificadas; no Quadro A.4.4 está demonstrado o perfil etário dos servidores ocupantes de cargos efetivos e comissionados da UJ; no Quadro A.4.5 a UJ demonstra o perfil escolar dos ocupantes de cargos efetivos e comissionados.

Nota: Os conceitos e definições utilizados nos Quadros da gestão de pessoas estão baseados na Lei nº 8.112/90 e suas alterações.

4.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

QUADRO A.4.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias dos Cargos | Lotação | | Ingressos no exercício | Egressos no exercício |
|--|------------|-----------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2) | 00 | 00 | 00 | 00 |
| .1. Membros de poder e agentes políticos | 00 | 00 | 00 | 00 |
| .2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4) | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Servidores de carreira vinculada ao órgão | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Servidores de carreira em exercício descentralizado | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Servidores de carreira em exercício provisório | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Servidores requisitados de outros órgãos e esferas | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Servidores com Contratos Temporários | 220 | 47 | 00 | 09 |
| Total de Servidores (1+2) | 220 | 47 | 00 | 09 |

Fonte: Cadastro de servidores e contratados.

4.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

O Quadro A.4.2 visa a demonstrar as situações que reduzem a força de trabalho da UJ. São situações que caracterizam a ausência momentânea do servidor da UJ, conforme previsões legais. Mais uma vez, cabe ressaltar que a fundamentação legal utilizada foi a Lei 8.112/90.

QUADRO A.4.2 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

| Tipologias dos afastamentos | Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro |
|---|---|
| Cedidos (1.1+1.2+1.3) | 00 |
| Exercício de Cargo em Comissão | 00 |
| Exercício de Função de Confiança | 00 |
| Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis) | 00 |
| Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4) | 00 |
| Para Exercício de Mandato Eletivo | 00 |
| Para Estudo ou Missão no Exterior | 00 |
| Para Serviço em Organismo Internacional | 00 |
| Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País | 00 |
| Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5) | 00 |
| De ofício, no interesse da Administração | 00 |
| A pedido, a critério da Administração | 00 |
| A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro | 00 |
| A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde | 00 |
| A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo | 00 |
| Licença remunerada (4.1+4.2) | 00 |
| Doença em pessoa da família | 00 |
| Capacitação | 00 |
| Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5) | 00 |
| Afastamento do cônjuge ou companheiro | 00 |
| Serviço military | 00 |
| Atividade política | 00 |
| Interesses particulares | 00 |
| Mandato classista | 00 |
| Outras situações (Especificar o ato normativo) | 00 |
| Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6) | 00 |

Fonte:

4.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

O Quadro A.4.3 abaixo identifica a estrutura de cargos em comissão e de funções gratificadas da UJ, baseando-se na estrutura apresentada no Quadro A.4.1.

QUADRO A.4.3 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

| Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas | Lotação | | Ingressos no exercício | Egressos no exercício |
|--|------------|------------|------------------------|-----------------------|
| | Autorizada | Efetiva | | |
| Cargos em comissão | 47 | 46 | 05 | 06 |
| 1.1. Cargos Natureza Especial | 00 | 00 | 00 | 00 |
| 1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior | 47 | 46 | 05 | 06 |
| Servidores de carreira vinculada ao órgão | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Servidores de carreira em exercício descentralizado | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Servidores de outros órgãos e esferas | 47 | 19 | 01 | 00 |
| Sem vínculo | | 27 | 04 | 00 |
| Aposentados | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Funções gratificadas | 183 | 146 | 16 | 29 |
| Servidores de carreira vinculada ao órgão | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Servidores de carreira em exercício descentralizado | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Servidores de outros órgãos e esferas | 183 | 146 | 16 | 29 |
| Total de servidores em cargo e em função (1+2) | 230 | 192 | 21 | 35 |

Fonte: Cadastro de servidores e contratados.

4.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

O Quadro A.4.4 a seguir visa a demonstrar o perfil etário do quadro de pessoal ativo da UJ. Este Quadro segue estrutura semelhante às dos Quadros A.4.1 e A.4.3, vez que tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões segundo a faixa etária.

QUADRO A.4.4 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de Servidores por Faixa Etária | | | | |
|---|---|-----------------|-----------------|-----------------|------------------|
| | Até 30 anos | De 31 a 40 anos | De 41 a 50 anos | De 51 a 60 anos | Acima de 60 anos |
| Provimento de cargo efetivo | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Membros de poder e agentes políticos | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Servidores de Carreira | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Servidores com Contratos Temporários | 06 | 28 | 09 | 03 | 01 |
| Provimento de cargo em comissão | 02 | 16 | 14 | 08 | 06 |
| Cargos de Natureza Especial | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Grupo Direção e Assessoramento Superior | 02 | 16 | 14 | 08 | 06 |
| Funções gratificadas | 08 | 26 | 65 | 43 | 04 |
| Totais (1+2) | 16 | 70 | 88 | 54 | 11 |

Fonte: Cadastro dos servidores e contratados.

4.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

O Quadro A.4.5 segue estrutura semelhante às dos Quadros A.4.1 e A.4.3, vez que tem por objetivo classificar os ocupantes de cargos e comissões segundo o nível de escolaridade.

QUADRO A.4.5 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

| Tipologias do Cargo | Quantidade de pessoas por nível de escolaridade | | | | | | | | |
|---|---|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|-----------|-----------|-----------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 |
| Provimento de cargo efetivo | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Membros de poder e agentes políticos | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Servidores de Carreira | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| Servidores com Contratos Temporários | 00 | 00 | 00 | 00 | 06 | 27 | 05 | 08 | 01 |
| Provimento de cargo em comissão | 00 | 00 | 00 | 00 | 12 | 25 | 05 | 03 | 01 |
| .1. Cargos de Natureza Especial | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 | 00 |
| .2. Grupo Direção e Assessoramento Superior | 00 | 00 | 00 | 00 | 12 | 25 | 05 | 03 | 01 |
| .3. Funções gratificadas | 00 | 00 | 00 | 01 | 39 | 65 | 20 | 16 | 05 |
| Totais (1+2) | 00 | 00 | 00 | 01 | 57 | 117 | 30 | 27 | 07 |
| LEGENDA | | | | | | | | | |
| Nível de Escolaridade | | | | | | | | | |
| 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada. | | | | | | | | | |

Fonte: Cadastro de servidores e contratados.

4.2 Composição do Quadro de Estagiários

O Quadro A.4.6 abaixo contempla os quantitativos trimestrais de contratos de estágio vigentes, discriminando-os de acordo com o nível de escolaridade exigido e com a alocação dos estagiários na estrutura da UJ (na área fim ou na área meio).

QUADRO A.4.6 – COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

| Nível de escolaridade | Quantitativo de contratos de estágio vigentes | | | | Despesa no exercício (em R\$ 1,00) |
|-----------------------|---|--------------|--------------|--------------|---------------------------------------|
| | 1º Trimestre | 2º Trimestre | 3º Trimestre | 4º Trimestre | |
| Nível superior | 09 | 09 | 09 | 09 | 152.798 |
| Área Fim | 02 | 02 | 02 | 02 | |
| Área Meio | 07 | 07 | 07 | 07 | |
| Nível Médio | 14 | 14 | 14 | 14 | |
| Área Fim | 02 | 02 | 03 | 03 | |
| Área Meio | 12 | 12 | 11 | 11 | |
| Total (1+2) | 23 | 23 | 23 | 23 | |

Fonte: Siape

4.3 Demonstração de custos de pessoal da unidade jurisdicionada

A composição do quadro de custos de pessoal da UJ está demonstrada por meio do Quadro A.4.7 a seguir, onde serão discriminadas as naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos relativamente ao exercício de referência do relatório de gestão e aos dois imediatamente anteriores.

Quadro A.4.7 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores Em R\$ 1,00

| Tipologias/ Exercícios | Vencime ntos e vantagens fixas | Despesas Variáveis | | | | | | Despesa de Exerci cios Anterio res | Deci sões Judici ais | Total |
|--|---|----------------------|-------------------|------------|------------------|---|---------------------------------|---|-------------------------------|-----------|
| | | Retri buiçõe s | Gratifi cações | Adicionais | Indeniza ções | Benefício s Assisten ciais e previden ciários | Demais despesas variáveis | | | |
| Membros de poder e agentes políticos | | | | | | | | | | |
| Exercí os | 2011 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2010 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2009 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão | | | | | | | | | | |
| Exercí os | 2011 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2010 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2009 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Servidores com Contratos Temporários | | | | | | | | | | |
| Exercí os | 2011 | 3.258.918 | 0 | 0 | 234.136 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.493.055 |
| | 2010 | 3.212.880 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.212.880 |
| | 2009 | 5.554.229 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5.554.229 |
| Servidores Cedidos com ônus ou em Licença | | | | | | | | | | |
| Exercí os | 2011 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2010 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2009 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial | | | | | | | | | | |
| Exercí os | 2011 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2010 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | 2009 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior | | | | | | | | | | |
| Exercí os | 2011 | 2.132.654 | 0 | 0 | 184.540 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.317.194 |
| | 2010 | 2.721.241 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.721.241 |
| | 2009 | 1.816.805 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1.816.805 |
| Servidores ocupantes de Funções gratificadas | | | | | | | | | | |
| Exercí os | 2011 | 2.634.204 | 0 | 0 | 214.845 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2.849.050 |
| | 2010 | 3.572.340 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.572.340 |
| | 2009 | 3.681.794 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3.681.794 |

Fonte: Siape.

4.4 Terceirização de mão de obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

Nas informações sobre Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada são apresentadas as informações que tratam dos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade; e da locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão. Contudo, deixam de serem apresentados os quadros referentes a) a quantificação de servidores terceirizados que ocupam ou exercem cargos ou atividades típicas de categorias funcionais do plano de cargos da unidade; b) a relação dos empregados terceirizados substituídos; e c) os atos que tenham autorizado a realização de concursos e provimentos adicionais, por não se aplicarem à UJ.

4.4.1 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

O **Quadro A.4.8** abaixo compreende os contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva que tiveram em vigência no exercício de 2011, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2011, mesmo que não efetivados no exercício.

Nota: Para melhor apresentação das informações exigidas no Quadro A.5.10 sugere-se a utilização do “Layout da Página” na orientação “Paisagem” do Editor de Texto.

QUADRO A.4.8 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | | |
|---|------|----------|---------------------------|---------------------------|---|----------|---|---|----|----|---|---|------|---|
| Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA | | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 110197/00001 e 110511/00001 | | | | | | | CNPJ: 07.129.796/0001-26 | | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. | |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | | |
| 2010 | V | O | 009/2010 | 09.267.406/0001-00 | 14/04/11 | 13/04/12 | | | 6 | 6 | | | | P |
| 2009 | L | O | 021/2009 | 05.119.366/0001-06 | 05/06/11 | 04/06/12 | | | 6 | 6 | | | | P |
| 2006 | V | O | 021/2006 | 04.718.633/0001-90 | 25/12/11 | 24/12/12 | | | 23 | 23 | | | | P |
| 2009 | L | O | 008/2009 | 07.783.832/0001-70 | 16/03/11 | 15/03/12 | | | 12 | 12 | | | | P |
| 2010 | V | O | 008/2010 | 07.069.574/0001-65 | 11/04/11 | 11/04/11 | | | 13 | 13 | | | | P |
| 2008 | L | O | 011/2008 | 01.670.826/0001-20 | 19/02/10 | 18/02/11 | | | 14 | 14 | | | | E |
| 2011 | L | O | 020/2011 | 10.587.618/0001-53 | 13/06/11 | 12/06/12 | | | 14 | 14 | | | | A |
| 2008 | V | O | 030/2008 | 02.576.238/0004-38 | 01/06/11 | 31/05/12 | | | 9 | 9 | | | | P |
| 2010 | L | O | 007/2010 | 01.670.826/0001-20 | 23/03/10 | 22/03/11 | | | 11 | 11 | | | | E |
| 2011 | L | O | 019/2011 | 07.174.641/0001-20 | 23/05/11 | 22/05/12 | | | 11 | 11 | | | | A |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | | |
| LEGENDA | | | | | | | | | | | | | | |
| Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. | | | | | | | | | | | | | | |
| Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. | | | | | | | | | | | | | | |
| Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. | | | | | | | | | | | | | | |
| Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. | | | | | | | | | | | | | | |

Fonte: Cadastro de Contratos da UJ

4.4.2 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

O **Quadro A.4.9** abaixo compreende os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra que estiveram em vigência no exercício de 2011, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício de 2011, mesmo que não efetivados no exercício. Excetuam-se deste Quadro os contratos relativos a Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva, tratados no Quadro A.4.8 anterior.

QUADRO A.4.9 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

| Unidade Contratante | | | | | | | | | | | | | |
|--|------|----------|---------------------------|---------------------------|---|----------|---|---|----|----|---|---|------|
| Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA | | | | | | | | | | | | | |
| UG/Gestão: 110197/00001 e 110511/00001 | | | | | | | CNPJ: 07.129.796/0001-26 | | | | | | |
| Informações sobre os contratos | | | | | | | | | | | | | |
| Ano do contrato | Área | Natureza | Identificação do Contrato | Empresa Contratada (CNPJ) | Período contratual de execução das atividades contratadas | | Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados | | | | | | Sit. |
| | | | | | Início | Fim | F | | M | | S | | |
| | | | | | | | P | C | P | C | P | C | |
| 2009 | 11 | O | 016/2009 | 03.591.509/0001-44 | 26/04/11 | 25/04/12 | | | 10 | 10 | 1 | 1 | P |
| 2010 | 4 | O | 004/2010 | 08.254.116/0001-69 | 10/03/10 | 03/03/11 | | | 3 | 3 | | | E |
| 2011 | 7 | O | 007/2011 | 07.594.738/0001-73 | 28/02/11 | 27/02/12 | | | 3 | 3 | | | A |
| 2011 | 4 | O | 017/2011 | 07.594.738/0001-73 | 17/05/11 | 16/05/12 | | | 3 | 3 | | | A |
| 2009 | 3 | O | 020/2009 | 05.924.588/0001-93 | 09/06/11 | 08/06/12 | | | 4 | 4 | | | P |
| 2008 | 11 | O | 007/2008 | 24.016.172/0001-11 | 01/04/11 | 31/03/12 | | | 14 | 14 | 1 | 1 | P |
| 2008 | 7 | O | 057/2008 | 09.357.713/0001-81 | 15/01/10 | 14/01/11 | | | 2 | 2 | | | E |
| 2011 | 7 | O | 001/2011 | 07.743.897/0001-25 | 17/01/11 | 16/01/12 | | | 2 | 2 | | | A |
| 2010 | 8 | O | 013/2010 | 04.605.778/0001-85 | 14/05/11 | 13/05/12 | | | 1 | 1 | | | P |
| 2010 | 4 | O | 028/2010 | 11.240.495/0001-42 | 12/07/11 | 11/07/12 | | | 2 | 2 | | | A |
| 2006 | 6 | O | 018/2006 | 01.670.826/0001-20 | 03/10/10 | 02/10/11 | | | 2 | 2 | | | E |
| 2011 | 6 | O | 011/2011 | 04.605.778/0001-85 | 02/05/11 | 01/05/12 | | | 2 | 2 | | | A |
| 2008 | 7 | O | 006/2008 | 24.016.172/0001-11 | 04/05/11 | 03/05/12 | | | 17 | 17 | 1 | 1 | P |
| 2009 | 6 | O | 019/2009 | 07.862.488/0001-05 | 26/05/10 | 25/05/11 | | | 3 | 3 | | | E |
| 2008 | 14 | O | 055/2008 | 06.958.583/0001-44 | 18/01/11 | 17/01/12 | | | 1 | 1 | | | P |
| 2008 | 8 | O | 054/2008 | 06.958.583/0001-44 | 18/01/11 | 17/01/12 | | | 2 | 2 | | | P |
| 2008 | 7 | O | 056/2008 | 07.783.832/0001-70 | 19/01/11 | 18/01/12 | | | 1 | 1 | | | P |
| 2009 | 7 | O | 005/2009 | 06.958.583/0001-44 | 09/03/11 | 08/03/12 | | | 2 | 2 | | | P |
| 2011 | 6 | O | 021/2011 | 05.897.975/0001-88 | 04/07/11 | 03/07/12 | | | 3 | 3 | | | A |
| 2010 | 3 | O | 001/2010 | 04.027.773/0001-12 | 01/02/10 | 31/01/11 | | | 2 | 2 | | | P |
| 2010 | 4 | O | 029/2010 | 09.134.888/0001-20 | 05/07/11 | 04/07/12 | | | 2 | 2 | | | P |
| 2011 | 6 | O | 004/2011 | 10.927.661/0001-10 | 05/07/11 | 04/07/12 | | | 2 | 2 | | | A |
| 2008 | 7 | O | 038/2008 | 09.134.888/0001-20 | 21/07/11 | 20/07/12 | | | 2 | 2 | | | P |
| 2008 | 8 | O | 039/2008 | 09.134.888/0001-20 | 21/07/11 | 20/07/12 | | | 1 | 1 | | | P |
| 2008 | 14 | O | 040/2008 | 09.134.888/0001-20 | 21/07/11 | 20/07/12 | | | 1 | 1 | | | P |
| 2007 | 11 | O | 017/2007 | 33.373.325/0001-79 | 12/12/11 | 12/12/12 | | | 13 | 13 | 1 | 1 | P |
| Observações: | | | | | | | | | | | | | |

| | |
|--|---|
| LEGENDA | Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. |
| Área: Conservação e Limpeza; Segurança; Vigilância; Transportes; Informática; Copeiragem; Recepção; Reprografia; Telecomunicações; Manutenção de bens móveis Manutenção de bens imóveis Brigadistas Apoio Administrativo – Menores Aprendizes Outras | Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada. |

Fonte: Cadastro de contratos da UJ

4.5 Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam, tem sua força de trabalho constituída totalmente de servidores requisitados, cedidos e contratados temporários, regidos pela Lei nº 8.745/93.

Até o ano de 2010 a Instituição integrava a estrutura organizacional da Casa Civil da Presidência da República, mantendo-lhe subordinação direta.

Em 5 de janeiro de 2011, com a edição do Decreto nº 7.424, o Censipam foi transferido da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa, passando a operacionalizar diversas funções administrativas de gestão do quadro funcional, antes geridas pela Casa Civil.

Em face da nova subordinação da Instituição ao Ministério da Defesa e de problemas administrativos advindos da mudança, durante o exercício de 2011 houve considerável redução da força de trabalho, em decorrência do retorno de diversos servidores aos respectivos órgãos de origem.

O quadro de pessoal da instituição, com relevância da área administrativa, teve redução significativa de colaboradores. Reflexo dessa nova situação, o órgão não dispôs de meios para elaboração de pesquisa de clima organizacional, indicador anteriormente existente.

Com a reestruturação do Censipam, já na estrutura do Ministério da Defesa, e a consolidação dos novos processos organizacionais, a partir do atual exercício será retomada a elaboração da pesquisa de clima organizacional, para, a partir dos indicadores nela inclusos, fazer-se nova releitura, sob os mais diversos aspectos administrativos e operacionais da instituição.

5 INFORMAÇÕES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS MEDIANTE CONVÊNIO E TERMOS DE COOPERAÇÃO

5.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

5.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2011

QUADRO A.5.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Valores em R\$ 1,00

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | | | | |
|---|----------------------|--|-------------------|---------------|---|-------------------------|------------|------------|------|
| Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DOSISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA | | | | | | | | | |
| CNPJ: 07.129.796/0001-26 | | | | | UG/GESTÃO: 110197/00001 e 1105111/00001 | | | | |
| Informações sobre as transferências | | | | | | | | | |
| Modalidade | Nº do instrumento | Beneficiário | Valores Pactuados | | Valores Repassados | | Vigência | | Sit. |
| | | | Global | Contrapartida | No exercício | Acumulado até exercício | Início | Fim | |
| 3 | 03/2008-CART | 00.091.652/0001-89, 00.394.452/0534-87, 00.394.502/0009-00, 00.394.429/0054-12 | 350.000.000 | Não há | 34.152.930 | 195.485.813 | 26/02/2008 | 25/02/2015 | 1 |
| 3 | 01/2010-CCSIVAM-GPIS | 00.394.429/0001-00 | 5.884.657 | Não há | 1.894.447 | 5.884.657 | 20/05/2010 | 19/01/2012 | 1 |
| 3 | 03/2010-EMAER | 00.394.429/0001-00 | 3.300.000 | Não há | 0 | 3.300.000 | 13/12/2010 | 31/12/2011 | 1 |
| 1 | 599159-FAPEAM | 05.666.943/0001-71 | 2.536.096 | 536.096 | 500.000 | 2.000.000 | 27/11/2007 | 30/11/2012 | 1 |
| 1 | 701988-R.FRANCO | 02.519.717/0001-70 | 3.000.000 | 400.000 | 0 | 2.600.000 | 17/12/2008 | 16/12/2011 | 1 |
| 1 | 724129-FAPESPA | 09.025.418/0001-28 | 1.499.539 | 74.539 | 285.000 | 1.425.000 | 18/12/2009 | 16/12/2012 | 1 |
| 1 | 744077-FAP-DF | 74.133.323/0001-90 | 3.000.000 | 1.000.000 | 0 | 2.000.000 | 30/06/2010 | 30/06/2012 | 1 |

| LEGENDA | | |
|----------------------|-----------------------------------|----------------|
| Modalidade: | Situação da Transferência: | |
| Convênio | Adimplente | 5 - Excluído |
| Contrato de Repasse | Inadimplente | 6 - Rescindido |
| Termo de Cooperação | Inadimplência Suspensa | 7 - Arquivado |
| Termo de Compromisso | Concluído | |

Fonte: SIAFI Operacional 2011 e SICONV

Análise Crítica:

As transferências ocorridas no ano 2011 estão detalhadas abaixo, da seguinte forma:

Instrumento nº 3/2008: Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Censipam e os Comandos da Aeronáutica, do Exército e da Marinha e o Serviço Geológico do Brasil – CPRM , com o objetivo de realizar atividades conjuntas para a consecução do “Projeto de Implantação de Cartografia da Amazônia”, tendo ao longo do exercício de 2011 sido transferido os seguintes montantes:

Transferências por Convenente

(Em R\$ 1,00)

| | | |
|------------------------|--|-------------------|
| COMANDO DA AERONAUTICA | | 0 |
| COMANDO DO EXÉRCITO | | 9.586.126 |
| COMANDO DA MARINHA | | 21.834.211 |
| CPRM | | 2.732.593 |
| TOTAL GERAL | | 34.152.920 |

Fonte: Siafi Operacional

O Exército Brasileiro alcançou em 2011 a quase totalidade dos levantamentos aéreos com radar banda P e X da área de 1.142.000 km², insumo necessário para a elaboração de modelos numéricos de elevação bem como das cartas topográficas na escala 1:100.000 sob sua coordenação. A Força Aérea Brasileira realizou a substituição do sistema de gravação de dados das 3 aeronaves R99, iniciou a modernização do software GSP, aquisição de software de processamento de imagens e adquiriu a máquina digital aerofotogramétrica ADS-80 para o Esquadrão Carcará, tendo realizado um sobrevôo solicitado pelo Censipam na área teste da Serra do Itatiaia, na divisa RJ/SP. O teste com a câmera ADS-80 comprovou a potencialidade do equipamento para identificação de alvos de até 30 cm de resolução, bem como a identificação de estruturas geológicas, geomorfológicas e de diferenças discretas de vegetação e uso do solo, além de corresponder adequadamente na precisão de determinação de quebras bruscas e suaves do relevo, elaboração de modelo de elevação com precisão na escala 1:25.000, podendo chegar a 1:2.500. A Marinha do Brasil iniciou a construção de 2 dos 4 Avisos Hidrográficos previstos para conclusão ao final de 2012. No instrumento, ainda há previsão de construção de 1 Navio Hidrográfico. O Censipam participou do evento de “Batimento de Quilha do Aviso Hidrográfico Xingu”, no estaleiro ENACE (CE) que foi contratado para a construção. O Serviço Geológico do Brasil – CPRM – executa o levantamento aerogeofísico como ferramenta necessária ao conhecimento geológico da região do Projeto. Dentre suas ações em andamento, agora incorporadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), destacaram-se os levantamentos nos estados do Pará e de Rondônia.

Instrumento nº 1/2010: Termo de Cooperação firmado pelo Censipam em maio de 2010 com a Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema de Vigilância da Amazônia (CCSIVAM) no intuito de realizar atividades conjuntas para a modernização do Sipam, com foco na área de inteligência, abrangendo o desenvolvimento e implantação do Software de Gerenciamento de Pista (GPIS) e a concepção de uma ferramenta de análise, que constituirão instrumentos voltados para o projeto Cartografia da Amazônia. Em 2010, o Censipam repassou R\$ 3.990.210 à Comissão. Já em dezembro de 2011, ambos os partícipes firmaram um termo aditivo adicionando ao instrumento R\$ 184.357 para fins de cumprimento de obrigações contratuais, totalizando a importância repassada de R\$ 1.894.447 em 2011. Em janeiro de 2012 está previsto o encerramento do instrumento.

Instrumento nº 05/EMAER/2010: Termo de Cooperação firmado entre o Censipam e o Comando da Aeronáutica. O objeto do Termo é a implantação de Sistema Aerofotogramétrico Digital (ADS), bem como todo o material necessário à instalação, seus componentes, acessórios e equipamentos, destinados ao emprego operacional do 1º/6º Grupo de Aviação (GAV), sediado em Recife-PE, em proveito do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam). O valor global do instrumento é de R\$ 3,3

milhões, sendo que houve a emissão da Nota de Crédito 2010NC000054 em dezembro de 2010 no valor integral previsto no instrumento. O Termo de Cooperação encerrou-se em 31/12/2011 com o Plano de Trabalho executado. O Comando da Aeronáutica deverá prestar contas no prazo de 60 dias após o término do prazo de execução do objeto do presente instrumento.

Instrumento nº 599159/2007: Convênio firmado entre o Censipam e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM). O objeto do convênio é estabelecer um programa de atuação conjunta para a operacionalização do Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento de Estudos e Projetos aplicados ao Censipam – Prosipam – em conformidade com as normas, critérios e orientações previstas no Plano de Trabalho e no Termo de Referência, visando o fortalecimento do Censipam como instituição capaz de integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal. O valor global do convênio é de R\$ 2.536.096, sendo R\$ 536.096 em contrapartida e R\$ 2.000.000 de repasse. Até 2010, foram repassados pela concedente R\$ 1,5 milhão. Esse montante repassado foi prestado contas pela conveniente em dezembro de 2011 e analisada pelo Censipam sendo considerada aprovada com ressalvas. Essas ressalvas serão saneadas pela FAPEAM durante o exercício de 2012. Houve a prorrogação da vigência do convênio por meio do 4º termo aditivo até 30/11/2012. Ainda em dezembro de 2011, o Censipam repassou a importância de R\$ 500 mil, integralizando o total dos valores pactuados no convênio. Esses recursos serão utilizados para lançar novos editais em 2012 e executar o Plano de Trabalho acordado entre as instituições.

A contratação de 25 bolsistas por esse instrumento proporcionou o desenvolvimento de pesquisas aplicadas aos produtos operacionais no CR de Manaus, nos temas de Modelagem de Tempo e Clima, Meteorologia por Radar, Meteorologia por Satélite, Zoneamento Agroclimático e Estudos Diagnósticos Observacionais.

Instrumento nº 701988/2008: Convênio firmado entre o Censipam e a Fundação Ricardo Franco. O objeto do convênio é a introdução de aperfeiçoamentos técnicos no Projeto do Radar de Defesa Antiaérea de Baixa Altura Saber M60 com o objetivo de torná-lo mais adequado ao emprego na região amazônica, contemplando o desenvolvimento de novos programas computacionais e dispositivos para operação em estações fixas ou móveis em ambiente de selva, com integração ao Sipam e ao Cindacta-4 e a conseqüente construção de um ou mais exemplares do radar com os aperfeiçoamentos introduzidos. O valor global do convênio foi de R\$ 3 milhões, sendo R\$ 400 mil em contrapartida e R\$ 2.600.000 de repasse. A vigência do convênio encerrou-se em 16/12/2011 e o convênio encontra-se com a prestação de contas a vencer. O Censipam já emitiu o relatório de atividades técnicas referente ao recebimento físico provisório de um exemplar do radar Saber M60 em conformidade com o objeto do convênio. O recebimento definitivo ficou vinculado à aceitação técnica que será feita após a realização com sucesso do Teste de Aceitação de Campo. Adicionalmente, falta à conclusão da etapa de validação do protótipo, treinamento de usuários e suporte operacional, tudo relativo à Meta 3 do Plano de Trabalho. Vale dizer que ocorreu visita técnica do Censipam no Centro Tecnológico do Exército, interveniente do convênio, como medida de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados.

Instrumento nº 724129/2009: Convênio firmado entre o Censipam e a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Pará (FAPESPA). O objeto do convênio é estabelecer um programa de atuação conjunta para a operacionalização do Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento de Estudos e Projetos Aplicados ao Censipam, visando o fortalecimento do Censipam como instituição capaz de integrar informações e gerar conhecimentos atualizados para a articulação, o planejamento e a coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal. O valor global do convênio é de R\$ 1.499.539, sendo R\$ 74.539 em contrapartida e R\$ 1.425.000 de repasse. Em 2009 foi empenhado o montante de R\$ 1.140.000, contudo, no que se refere ao numerário, ele foi repassado em 2010, em virtude do processo de seleção de bolsistas estar previsto para ocorrer naquele exercício financeiro. Esse montante repassado foi prestado contas pela FAPESPA em dezembro de 2011 e ainda analisada e aprovada pelo Censipam. Em 17/12/2011, o convênio foi aditivado

prorrogando o prazo de vigência por mais 12 meses. Ademais, o Censipam repassou a importância de R\$ 285 mil, conforme pactuado no termo aditivo.

A contratação de 68 bolsistas por esse instrumento proporcionou o desenvolvimento de pesquisas aplicadas aos produtos operacionais no CR de Belém e Porto Velho, nos temas de Ordenamento territorial e potencialidades dos municípios da Amazônia, Geoindicadores e políticas públicas territoriais, Hidrodinâmica dos rios da Amazônia, Descargas atmosféricas na Amazônia, Monitoramento e pesquisa de fenômenos extremos na Amazônia, Sensoriamento remoto, Educação à distância e Banco de dados espaciais.

Instrumento nº 744077/2010: Convênio firmado entre o Censipam e a Fundação de Apoio a Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF). O objeto desse convênio é constituído em duas partes: I – Operacionalização do Programa de Capacitação Científica e Tecnológica para o Desenvolvimento de Estudos e Projetos Aplicados ao Censipam; e II – Otimização da gestão de projetos de pesquisa e de fomento da FAP/DF. O valor global do convênio é de R\$ 3 milhões, sendo R\$ 1 milhão em contrapartida e R\$ 2 milhões de repasse. Já foram repassados integralmente os recursos oriundos da concedente por meio da ordem bancária 2010OB801092, de 07/07/2010. Esse convênio se encerra em junho de 2012, sendo que em 2011 ocorreram reuniões de coordenação desse instrumento entre as instituições.

A contratação de 30 bolsistas por esse instrumento proporcionou o desenvolvimento de pesquisas aplicadas aos produtos técnicos no CCG nas áreas de Tecnologia da Informação (11 bolsistas) e estudos de ordenamento territorial nas áreas de eventos extremos, proteção de unidades de conservação e saúde (3 bolsistas).

5.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

O **Quadro A.5.2** abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os respectivos valores repassados nos exercícios de 2011, 2010 e 2009, sendo que os valores referem-se à totalidade e não somente aos instrumentos celebrados em cada exercício.

QUADRO A.5.2 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | | |
|-----------------------------------|--|----------|----------|---|-------------------|-------------------|
| Nome: | CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA | | | | | |
| CNPJ: | 07.129.796/0001-26 | | | | | |
| UG/GESTÃO: | 110197/00001 E 110511/00001 | | | | | |
| Modalidade | Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício | | | Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00) | | |
| | 2011 | 2010 | 2009 | 2011 | 2010 | 2009 |
| Convênio | 0 | 1 | 1 | 785.000 | 2.500.000 | 1.440.000 |
| Contrato de Repasse | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Termo de Cooperação | 0 | 3 | 1 | 37.941.824 | 44.897.432 | 59.185.436 |
| Termo de Compromisso | 0 | 0 | 0 | | 0 | 0 |
| Totais | 0 | 4 | 2 | 38.726.824 | 47.397.432 | 60.625.436 |

Fonte: Siafi Operacional

Os valores referentes às transferências são explicitados da seguinte forma:

Ano 2009:

R\$ 300.000 - Referente ao Convênio nº 701988;

R\$ 1.140.000 – Referente ao 724129;

R\$ 3.421.215 – Referente ao TC 001/2008 e

R\$ 55.604.929 – Referente ao ACT 003/2008;

R\$ 159.292 – Referente ao TC 001/2009

Ano 2010:

R\$ 500.000 - Referente ao Convênio nº 599159 – FAPEAM-AM;
R\$ 2.000.000 - Referente ao Convênio 744077-FAP-DF;
R\$ 37.195.874 - Referente ao ACT 003/2008 – CARTOGRAFIA;
R\$ 83.120 – Referente ao TC 001/2009 – IBGE;
R\$ 3.990.210 - Referente ao TC 001/2010 – CCSIVAM-GPIS;
R\$ 328.228 - Referente ao TC 002/2010 – DPF e
R\$ 3.300.000 - Referente ao TC 003/2010 - COMAER;

Ano 2011:

Conforme o Quadro A.5.1

5.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício 2012 e seguintes (CGIIN)

O **Quadro A.5.3** abaixo contempla a quantidade de instrumentos por modalidade de transferência e os valores já repassados e a serem transferidos, relativos aos instrumentos que permanecerão vigentes no exercício de 2012 e seguintes.

QUADRO A.5.3 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2011 E EXERCÍCIOS SEQUINTE

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|--|---|--------------------|--|---------------------|--|
| Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA | | | | | |
| CNPJ: 07.129.796/0001-26 | | | UG/GESTÃO: 110197/00001 E 110511/00001 | | |
| Modalidade | Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes | Valores (R\$ 1,00) | | | % do Valor global repassado até o final do exercício de 2011 |
| | | Contratados | Repassados até 2011 | Previstos para 2012 | |
| Convênio | 3 | 5.425.000 | 5.425.000 | 0 | 100,00 |
| Contrato de Repasse | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Termo de Cooperação | 2 | 355.884.657 | 201.370.402 | 23.832.000 | 56,58 |
| Termo de Compromisso | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Totais | 5 | 361.309.657 | 206.795.402 | 23.832.000 | 57,23 |

Fonte: SICONV e SIAFI.

5.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

O **Quadro A.5.4** abaixo visa a demonstrar a quantidade de instrumentos de convênio, de termo de cooperação e de contrato de repasse, assim como os respectivos montantes repassados, e prestações de contas, conforme cada caso.

Quadro A.5.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$
1,00

| Unidade Concedente | | | | | | |
|--|---|--|---|---------------------|----------------------|---|
| Nome: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia | | | | | | |
| CNPJ: 07.129.796/0001-26 | | UG/GESTÃO: 110197/00001 e 110511/00001 | | | | |
| Exercício da prestação das contas | Quantitativos e montante repassados | | Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado) | | | |
| | | | Convênios | Termo de Cooperação | Contratos de Repasse | |
| 2011 | Instrumentos com a prestação de contas a vencer | | Quantidade | 1 | 0 | 0 |
| | | | Montante Repassado | 2.600.000 | 0 | 0 |
| | Instrumentos com a prestação de contas vencida | contas vencidas e prestadas | Quantidade | 2 | 0 | 0 |
| | | | Montante Repassado | 2.640.000 | 0 | 0 |
| | | contas vencidas e ainda não prestadas | Quantidade | 0 | 3 | 0 |
| | | | Montante Repassado | 0 | 11.226.765 | 0 |
| 2010 | Contas prestadas | | Quantidade | 0 | 0 | 0 |
| | | | Montante Repassado | 0 | 0 | 0 |
| | Contas NÃO prestadas | | Quantidade | 0 | 0 | 0 |
| | | | Montante Repassado | 0 | 0 | 0 |
| 2009 | Contas prestadas | | Quantidade | 0 | 0 | 0 |
| | | | Montante Repassado | 0 | 0 | 0 |
| | Contas NÃO prestadas | | Quantidade | 0 | 0 | 0 |
| | | | Montante Repassado | 0 | 0 | 0 |
| Anteriores a 2009 | Contas NÃO prestadas | | Quantidade | 0 | 0 | 0 |
| | | | Montante Repassado | 0 | 0 | 0 |

5.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

O **Quadro A.5.5** contempla informações sobre a análise das prestações de contas a cargo do concedente e do contratante.

QUADRO A.5.5 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$
1,00

| Unidade Concedente ou Contratante | | | | | |
|--|---|--------------------------|--|--------------|----------------------|
| Nome: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia | | | | | |
| CNPJ: 07.129.796/0001-26 | | | UG/GESTÃO: 110197/00001 e 110511/00001 | | |
| Exercício da prestação das contas | Quantitativos e montantes repassados | | | Instrumentos | |
| | | | | Convênios | Contratos de Repasse |
| 2011 | Quantidade de contas prestadas | | | 0 | 0 |
| | Com prazo de análise ainda não vencido | Quantidade | Contas analisadas | 0 | 0 |
| | | | Contas Não analisadas | 0 | 0 |
| | | Montante repassado (R\$) | | 0 | 0 |
| | Com prazo de análise vencido | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | 2 | 0 |
| | | | Quantidade Reprovada | 0 | 0 |
| | | | Quantidade de TCE | 0 | 0 |
| Contas NÃO analisadas | | Quantidade | 0 | 0 | |
| Montante repassado (R\$) | | 0 | 0 | | |
| 2010 | Quantidade de contas prestadas | | | 0 | 0 |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | 0 | 0 |
| | | Quantidade Reprovada | | 0 | 0 |
| | | Quantidade de TCE | | 0 | 0 |
| | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | 0 | 0 |
| Montante repassado (R\$) | | 0 | 0 | | |
| 2009 | Quantidade de contas prestadas | | | 0 | 0 |
| | Contas analisadas | Quantidade Aprovada | | 0 | 0 |
| | | Quantidade Reprovada | | 0 | 0 |
| | | Quantidade de TCE | | 0 | 0 |
| | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | 0 | 0 |
| Montante repassado | | 0 | 0 | | |
| Exercícios anteriores a 2009 | Contas NÃO analisadas | Quantidade | | 0 | 0 |
| | | Montante repassado | | 0 | 0 |

Fonte: CGIIN

5.3 Análise crítica

As medidas adotadas para gerir as transferências no exercício 2011 foram por meio do monitoramento da execução dos planos de trabalho e do SIAFI.

As estruturas de controle definida para o gerenciamento das transferências se dá por descentralização indicando os gestores para cada instrumento formalizado.

Os Termos de Cooperação com prazo de vigência vencido e prestação de contas ainda não realizadas, enumerados no Quadro A.5.4, são os seguintes instrumentos:

Termo de Cooperação nº 001/2008, assinado em 31 de outubro de 2008, entre o CENSIPAM e o COMANDO DA AERONAUTICA, tendo como objeto a realização de atividades conjuntas pelos partícipes para recuperação do parque de antenas que compõem um sistema de comunicação HF/DF,

com valor previsto de R\$ 10.539.215,00, com previsão de execução nos exercícios 2008 e 2009, tendo sido repassado em sua integralidade conforme previsto na pactuação.

TERMO DE COOPERAÇÃO nº.01/2009, assinado entre o CENSIPAM e o INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, para aquisição de imagens captadas pelo satélite ALOS, no valor de R\$ 337.550,00 (trezentos e trinta e sete mil, quinhentos e cinquenta reais) com o prazo de vigência de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da publicação no DOU em 11/09/2009. No ano 2011 não foram descentralizados créditos referentes a esse instrumento.

TERMO DE COOPERAÇÃO nº.02/2010, firmado entre o CENSIPAM e o DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - DPF, no valor de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais). Em 27 Ago 2010 o recurso foi transferido integralmente, contudo, em 31 Dez 2010 o DPF devolveu a importância de R\$21.772,00 (vinte e um mil, setecentos e setenta e dois reais), por não utilização, restando uma transferência efetiva de R\$ 328.228,00. No ano 2011 não houve transferência de recursos referente ao aludido instrumento.

6 DECLARAÇÃO DA ÁREA RESPONSÁVEL ATESTANDO QUE AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS E CONVÊNIOS OU TROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE NO SIASG E SICONV

6.1 Declaração de Inserção e atualização de dados no SIASG E SICONV

QUADRO A.6.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Péricles Riograndense Cardim da Silva, CPF nº 387.692.717-04, Coordenador-Geral de Integração Institucional, exercido no Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 01 de março de 2012.

Péricles Riograndense Cardim da Silva

387.692.717-04

Coordenador-Geral de Integração Institucional/Censipam

7 INFORMAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993, RELACIONADAS À ENTREGA E AO TRATAMENTO DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDAS

7.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.7.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

| Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR | Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93 | Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR | | |
|--|--|--|---------------------------------------|-------------------------------|
| | | Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo | Final do exercício da Função ou Cargo | Final do exercício financeiro |
| Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93) | Obrigados a entregar a DBR | 00 | 00 | 00 |
| | Entregaram a DBR | 00 | 00 | 00 |
| | Não cumpriram a obrigação | 00 | 00 | 00 |
| Cargos Eletivos | Obrigados a entregar a DBR | 00 | 00 | 00 |
| | Entregaram a DBR | 00 | 00 | 00 |
| | Não cumpriram a obrigação | 00 | 00 | 00 |
| Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão) | Obrigados a entregar a DBR | 46 | 06 | 46 |
| | Entregaram a DBR | 46 | 06 | 46 |
| | Não cumpriram a obrigação | 00 | 00 | 00 |

Fonte: Pasta funcional do servidor.

7.2 Análise crítica

A “Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física”, com prazo de validade indeterminada, é preenchida e assinada por todo servidor/empregado/contratado que toma posse ou entra em exercício na UJ, independente de ocupação de cargo de chefia, direção ou assessoramento.

8 INFORMAÇÕES SOBRE O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DA UJ, CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS

8.1 Estrutura de controles internos da UJ

QUADRO A.8.1 – ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

| Aspectos do sistema de controle interno | Avaliação | | | | |
|---|-----------|----------|----------|----------|----------|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Ambiente de Controle | | | | | |
| Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. | | | | | X |
| Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. | | | | X | |
| A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. | | | X | | |
| Existe código formalizado de ética ou de conduta. | | | | | X |
| Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. | | | X | | |
| Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. | | | X | | |
| As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. | | | | | X |
| Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ. | | | | | X |
| Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. | | | | | X |
| Avaliação de Risco | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| . Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. | | | | X | |
| . Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. | | | X | | |
| . É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. | | | X | | |
| . É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. | | | X | | |
| . A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. | | | X | | |
| . Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. | | | X | | |
| . Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. | | | X | | |
| . Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. | | | | | X |
| . Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. | | | | | X |
| Procedimentos de Controle | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| . Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. | | | | X | |
| . As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. | | | | | X |
| . As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. | | | | | X |
| . As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle. | | | | | X |
| Informação e Comunicação | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| . A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. | | | | X | |
| . As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. | | | | X | |
| . A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. | | | | X | |
| . A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. | | | | X | |
| . A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. | | | X | | |

| Monitoramento | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
|---|----------|----------|----------|----------|----------|
| . O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. | | | X | | |
| . O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. | | | | X | |
| . O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. | | | | | X |
| Considerações gerais: | | | | | |
| <p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p> | | | | | |

9 INFORMAÇÕES QUANTO A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 Gestão Ambiental e Licitações sustentáveis

As informações contidas neste item referem-se à aquisição de bens materiais e de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e informações relacionadas a separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

QUADRO A.9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

| Aspectos sobre a gestão ambiental | Avaliação | | | | |
|--|-----------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Licitações Sustentáveis | | | | | |
| 1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. e houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? | | | X | | |
| 2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. | | | X | | |
| 3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis). | | | X | | |
| 4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. e houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? | | | | X | |
| 5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). e houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? | | | | X | |
| 6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). e houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? | | | X | | |
| 7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. e houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? | | | X | | |
| 8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). e houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? | | | | X | |
| 9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos. | | | | | X |
| 10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental. | | | X | | |
| 11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006. | | | | | X |
| 12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. e houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | X | | |

| | | | | | |
|---|--|--|--|---|--|
| 13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Houve concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? | | | | X | |
| Considerações Gerais: O presente relatório foi respondido individualmente pelo Diretor Técnico, representando as áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Manutenção Técnica. | | | | | |
| <p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p> | | | | | |

10 INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO (TI), CONTEMPLANDO OS SEGUINTE ASPECTOS:

- a) Planejamento da área;
- b) Perfil dos recursos humanos envolvidos;
- c) Segurança da informação;
- d) Desenvolvimento e produção de sistemas;
- e) Contratação e gestão de bens e serviços de TI.

10.1 Gestão de Tecnologia de Informação (TI)

QUADRO A.10.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

| Quesitos a serem avaliados | Avaliação | | | | |
|---|-----------|---|---|---|---|
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 |
| Planejamento da área | | | | | |
| 1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo. | | | | | X |
| 2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor. | | | | X | |
| 3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ. | | | | X | |
| Perfil dos Recursos Humanos envolvidos | | | | | |
| 4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI. | 35 | | | | |
| 5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade. | | | | | X |
| Segurança da Informação | | | | | |
| 6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação. | | | | | X |
| 7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico. | | | | X | |
| Desenvolvimento e Produção de Sistemas | | | | | |
| 8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ. | | | | | X |
| 9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida. | X | | | | |
| 10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes. | | | X | | |
| 11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço. | | | | | X |
| Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI | | | | | |
| 12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ. | 10% | | | | |
| 13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI. | | | | | X |
| 14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI. | | | X | | |
| 15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados? | | | | | X |
| Considerações Gerais: O presente relatório foi respondido individualmente pelo Diretor Técnico, representando as áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Manutenção Técnica. | | | | | |
| LEGENDA | | | | | |
| Níveis de avaliação: | | | | | |
| (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. | | | | | |
| (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. | | | | | |
| (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. | | | | | |
| (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. | | | | | |
| (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ. | | | | | |

11 INFORMAÇÕES SOBRE A UTILIZAÇÃO DE CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

11.1 Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

O **Quadro A.11.1** abaixo, correspondente ao primeiro demonstrativo citado, compreende uma planilha onde as informações devem ser discriminadas por: identificação da UG; limite de utilização total da UG; portador, CPF; limite individual, valor (subdivididos em saque e fatura); total utilizado pela UG e total utilizado pela UJ. Tais campos devem ser preenchidos de acordo com a descrição dos campos a seguir especificados.

QUADRO A.11.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$
1,00

| Código da UG 1 | 110197/00001 e 110511/00001 | | Limite de Utilização da UG | | |
|--------------------------------|-----------------------------|------------------------------------|----------------------------|------------------|------------------|
| Portador | CPF | Valor do Limite Individual | Valor | | Total |
| | | | Saque | Fatura | |
| ARIOSVALDO FERREIRA DURANS | 256.856.192 - 00 | 7.034,00 | 0 | 3.945,61 | 3.945,61 |
| AUGUSTO RABELO CHAVES | 580.992.472 - 72 | 5.869,00 | 0 | 1.770,68 | 1.770,68 |
| CARLOS SIMÕES PEREIRA | 020.465.122 - 00 | 1.570,00 | 0 | 1.489,50 | 1.489,50 |
| CESAR AUGUSTO VARELA | 659.177.669 - 91 | 7.808,00 | 0 | 2.257,77 | 2.257,77 |
| DANIELSON CAMPOS DOS SANTOS | 475.526.205 - 44 | 1.600,00 | 0 | 871,89 | 871,89 |
| EDUARDO DA SILVA SANTOS | 148.444.782 - 49 | 4.806,00 | 0 | 2.128,81 | 2.128,81 |
| FLAVIO DOS SANTOS GIL | 392.499.802 - 72 | 2.902,00 | 0 | 1.617,37 | 1.617,37 |
| FRANCINA FELIX DA SILVA | 107.271.672 - 00 | 16.500,00 | 0 | 6.099,13 | 6.099,13 |
| JOSÉ RODRIGUES DE OLIVEIRA | 336.911.262 - 00 | 11.708,08 | 0 | 9.178,56 | 9.178,56 |
| JULIO CESAR MACHADO | 572.967.071 - 00 | 17.300,00 | 0 | 4.219,14 | 4.219,14 |
| MARCELO COLOMBO | 116.231.828 - 75 | 3.475,00 | 0 | 1.038,48 | 1.038,48 |
| MARIO SOUZA DE OLIVEIRA | 090.368.302 - 49 | 1.805,00 | 0 | 654,92 | 654,92 |
| NESTOR REGIS GARCIA SANTORUM | 021.620.672 - 34 | 22.822,00 | 0 | 13.831,92 | 13.831,92 |
| NILTON GERBER | 214.209.392 - 20 | 18.000,00 | 0 | 684,10 | 684,10 |
| RAIMUNDO DA COSTA LIMA | 340.873202 - 78 | 14.732,00 | 0 | 6.314,93 | 6.314,93 |
| SÉRGIO DOS SANTOS ZIELE | 492.900.612 - 00 | 1.400,00 | 195,00 | 703,50 | 898,50 |
| VITORINHA SOUZA DE OURO | 274.453.132 - 49 | 2.870,00 | 0 | 1.744,30 | 1.744,30 |
| | | 142.201,08 | 195,00 | 58.550,61 | 58.745,61 |
| Total utilizado pela UG | | | | | |
| Código da UG 2: | | Limite de Utilização da UG: | | | |
| Não é o caso | - | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total utilizado pela UG | | | 0 | 0 | 0 |
| Total utilizado pela UJ | | | 195,00 | 58.550,61 | 58.745,61 |

Fonte: Site do Banco do Brasil (Setor Público)

O **Quadro A.11.2** abaixo, correspondente ao segundo demonstrativo citado, contempla a despesa com Cartão de Crédito Corporativo de maneira consolidada, sendo composto por uma planilha onde as informações a serem prestadas estão distribuídas em (4) quatro colunas, a saber: exercícios; saque, subdividindo-se em quantidade e valor; fatura, também subdividindo-se em quantidade e valor; e, por fim, total. Tais campos devem ser preenchidos de acordo com a descrição dos campos a seguir especificados.

QUADRO A.11.2 – DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) Valores em R\$ 1,00

| Exercícios | Saque | | Fatura | | Total (R\$) (a+b) |
|-------------|------------|-----------|------------|-----------|----------------------|
| | Quantidade | (a) Valor | Quantidade | (b) Valor | |
| 2011 | 0 | 0 | 111 | 58.746 | 58.746 |
| 2010 | 1 | 48 | 115 | 46.371 | 46.419 |
| 2009 | 13 | 3.134 | 113 | 53.614 | 56.748 |

Fonte: Site do Banco do Brasil (Setor Público)

OBS: Na quantidade de faturas informada foram computados todos os documentos emitidos pela instituição financeira administradora dos Cartões de Pagamento do Governo Federal – CPGF, independentemente, de em alguns casos, a fatura ser emitida mesmo com o saldo a pagar zerado.

12 INFORMAÇÕES SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PARA TENDER ÀS DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU OU EM RELATÓRIOS DE AUDITORIA DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO.

12.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

O **Quadro A.12.1** abaixo contempla as informações sobre as providências adotadas das UJ para atender às suas deliberações estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Deliberações do TCU**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares: **Deliberações expedidas pelo TCU**, que identifica a determinação ou a recomendação lavrada pelo TCU, à nível de item do Acórdão, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento ao Acórdão.

QUADRO A.12.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|-------------------|----------|-------|------|--------------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia | | | | | 2837 |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 01 | TC-011.898/2008-3 | 811/2010 | 1.7.1 | DE | Of 239/2010-TCU SECEX-06 |
| 02 | TC-011.898/2008-3 | 811/2010 | 1.7.2 | DE | Of 239/2010-TCU SECEX-06 |
| 03 | TC-011.898/2008-3 | 811/2010 | 1.7.4 | DE | Of 239/2010-TCU SECEX-06 |
| 04 | TC-011.898/2008-3 | 811/2010 | 1.7.5 | DE | Of 239/2010-TCU SECEX-06 |
| 05 | TC-011.898/2008-3 | 811/2010 | 1.7.6 | DE | Of 239/2010-TCU SECEX-06 |
| 06 | TC-011.898/2008-3 | 811/2010 | 1.7.8 | DE | Of 239/2010-TCU SECEX-06 |
| 07 | TC-011.898/2008-3 | 811/2010 | 1.9 | DE | Of 239/2010-TCU SECEX-06 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia | | | | | 2837 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| Item 1.7.1 – Trata de atos administrativos quanto a admissão, desligamento e concessão de aposentadorias | | | | | |
| Item 1.7.2 – Trata da apuração de perda de 1027 cartuchos de impressora | | | | | |
| Item 1.7.4 – Trata do fracionamento de despesa | | | | | |
| Item 1.7.5 – Apresentação de razões em processo de inexigibilidade e dispensa | | | | | |
| Item 1.7.6 – Trata de contratação de cursos de capacitação por inexigibilidade | | | | | |
| Item 1.7.8 – Trata da fiscalização efetiva de contratos | | | | | |
| Item 1.9 – Trata de esclarecimentos sobre fiscalização de contratos e bens patrimoniais (subitens 5.1.1.; 5.1.2; 5.1.3; 5.1.4; 5.1.8 e 5.1. 10) | | | | | |
| Providências Adotadas | | | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | | | Código SIORG |
| Item 1.7.1 Diretoria de Administração e Finanças | | | | | 2837 |
| Item 1.7.2 - Diretoria de Administração e Finanças | | | | | 2837 |
| Item 1.7.4 - Diretoria de Administração e Finanças | | | | | 2837 |
| Item 1.7.5 - Diretoria de Administração e Finanças | | | | | 2837 |
| Item 1.7.6 - Diretoria de Administração e Finanças | | | | | 2837 |
| Item 1.7.8 - Diretoria de Administração e Finanças | | | | | 2837 |
| Item 1.9 - Diretoria de Administração e Finanças | | | | | 2837 |
| Síntese da providência adotada: | | | | | |
| Item 1.7.1 - Recomendações atendidas a partir das orientações recebidas | | | | | |

| |
|--|
| Item 1.7.2 - Os cartuchos foram redistribuídos para utilização nos Centros Regionais |
| Item 1.7.4 - Recomendações atendidas a partir das orientações |
| Item 1.7.5 - Recomendações atendidas a partir das orientações |
| Item 1.7.6 - Recomendações atendidas a partir das orientações |
| Item 1.7.8 - Recomendações atendidas a partir das orientações |
| Item 1.9 - Recomendações atendidas a partir das orientações (subitens 5.1.1.; 5.1.2; 5.1.3; 5.1.4; 5.1.8 e 5.1. 10) |
| Síntese dos resultados obtidos |
| Item 1.7.1 - Melhoria no processo de gestão do pessoal |
| Item 1.7.2 - Aproveitamento total do material em tempo hábil |
| Item 1.7.4 - Melhoria nos processos de aquisição |
| Item 1.7.5- Melhoria nos processos de aquisição e contratação |
| Item 1.7.6 - Melhoria nos processo de contratação |
| Item 1.7.8 - Melhoria na gestão de contratos |
| Item 1.9 - Melhoria na gestão de bens patrimoniais |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor |
| Item 1.7.1 - Não existência de quadro funcional próprio, sendo que a gestão de pessoal era realizada pela CC/PR |
| Item 1.7.2 - Os materiais não foram adquiridos de acordo com a demanda prévia do Censipam, recebidos do CCSIVAM |
| Item 1.7.4 - Necessidade de atendimento de demandas intempestivas e pontuais |
| Item 1.7.5 - Oportunizou a elaboração de um plano de capacitação para servidores |
| Item 1.7.6 - Oportunizou a elaboração de um plano de capacitação para servidores |
| Item 1.7.8 - Oportunizou a elaboração de um plano de capacitação para servidores |
| Item 1.9- A responsabilidade da apuração do inventário dos bens patrimoniais, no ano 2007, ser de gestão da CC/PR. |

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Já explicitado no Quadro A.12.1.

12.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

O **Quadro A.12.2** abaixo contém as justificativas para o não atendimento às deliberações do TCU e possui a mesma estrutura informacional contemplada no **Quadro A.12.1** descrito anteriormente, com exceção dos campos **Síntese da providência adotada** e **Síntese dos Resultados Obtidos** que são substituídos pelo campo **Justificativa para o seu não cumprimento**, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da deliberação expedida pelo Tribunal.

QUADRO A.12.2 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

| Unidade Jurisdicionada | | | | | |
|---|-------------------|----------|-------------------|------|--------------------------|
| Denominação completa: | | | | | Código SIORG |
| | | | | | |
| Deliberações do TCU | | | | | |
| Deliberações expedidas pelo TCU | | | | | |
| Ordem | Processo | Acórdão | Item | Tipo | Comunicação Expedida |
| 01 | TC-011.898/2008-3 | 811/2010 | 1.7.3 | DE | Of 239/2010-TCU SECEX-06 |
| 02 | TC-011.898/2008-3 | 811/2010 | 1.7.7 | DE | Of 239/2010-TCU SECEX-06 |
| 03 | TC-011.898/2008-3 | 811/2010 | 1.9(5.1.5; 5.1.7) | DE | Of 239/2010-TCU SECEX-06 |
| 04 | TC-004.735/2010-2 | 997/2011 | 9.4 | DE | Of 617/2011-TCU SECEX-06 |
| Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação | | | | | Código SIORG |
| Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia | | | | | 2837 |
| Descrição da Deliberação: | | | | | |
| Item 1.7.3 - Trata da apuração de responsabilidade extravio 10 notebooks | | | | | |
| Item 1.7.7 – Revisão e ajuste dos contratos de terceirização e convênios, com FGTS e rescisão sem justa causa | | | | | |
| Item 1.9 (subitens: 5.1.5; 5.1.7) - Apuração de supostas irregularidades no contrato Censipam/Cetest | | | | | |
| Item 9.4 – Providências de instalação e registros dos softwares do aplicativo ERDAS | | | | | |
| Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento | | | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | | | Código SIORG |
| Item 1.7.3 - Diretoria de Administração e Finanças | | | | | 2837 |
| Item 1.7.7 - Diretoria de Administração e Finanças | | | | | 2837 |
| Item 1.9 - Diretoria de Administração e Finanças | | | | | 2837 |
| Item 9.4 - Diretoria de Produtos | | | | | 2837 |
| Justificativa para o seu não cumprimento: | | | | | |
| Item 1.7.3 - O processo de apuração encontra-se em curso, aguardando conclusão de inquérito policial | | | | | |
| Item 1.7.7 - Os processos de revisão e ajuste estão sendo executados com prazo de conclusão previsto até 31 Jan 2012 | | | | | |
| Item 1.9 - O processo encontra-se em fase de apuração de responsabilidade | | | | | |
| Item 9.4 - O processo encontra-se aguardando trânsito em julgado | | | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | | | | | |
| Item 1.7.3 - Inquérito policial ainda não concluído, dificuldades na localização dos servidores e atribuição de responsabilidades | | | | | |
| Item 1.7.7 - A sistemática adotada prevê o ajuste à medida das datas previstas para repactuação. | | | | | |
| Item 1.9 - A empresa interpôs recurso administrativo com efeito suspensivo, após a produção do relatório final | | | | | |
| Item 9.4 - O processo judicial, ainda aguarda trânsito em julgado | | | | | |

12.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

O **Quadro A.12.3** abaixo contém as informações sobre as providências adotadas pela UJ para atender às recomendações expedidas pelo OCI, estando estruturadas em dois (2) blocos de informação: **Unidade Jurisdicionada** e **Recomendações do OCI**, dividido o segundo bloco em duas partes complementares, quais sejam: **Recomendações expedidas pelo OCI**, que identifica a recomendação expedida pelo OCI, e **Providências Adotadas**, que apresenta as informações do gestor sobre as providências adotadas para dar cumprimento à recomendação.

QUADRO A.12.3 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|---|-----------------------------------|---------------------------------|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia | | | 2837 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 01 | Relatório de Acompanhamento 036/2011/Geafo/Ciset/MD | 6.3.2.4 e 6.4 | Of nº 04255/2011/Geaud/Ciset-MD |
| 02 | Relatório de Acompanhamento 091/2011/Geafo/Ciset/MD | 6.2 e 6.3.2.4 | Mem 251/2011/Geafo/Ciset-MD |
| 03 | Relatório de Acompanhamento 110/2011/Geafo/Ciset/MD | Item 9 - 1.1; 1.2; 1.3; 2.1 e 2.2 | Mem 322/2011/Geafo/Ciset-MD |
| 04 | Relatório de Acompanhamento 112/2011/Geafo/Ciset/MD | Item 8 - letras a) e b) | Mem 323/2011/Geafo/Ciset-MD |
| 05 | Relatório de Acompanhamento 131/2011/Geafo/Ciset/MD | Item 9 - letras b) | Mem 395/2011/Geafo/Ciset-MD |
| Órgão/entidade objeto da recomendação | | | Código SIORG |
| Centro Gestor de Operacional o Sistema de proteção da Amazônia | | | 2837 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| Nº Ordem 01 - Item 6.3.2.4 e 6.4 - 1) Inversão de saldo recursos de RP e do ano 2011; 2) Uso de modalidade de licitações diferentes para situações análogas; 3) Modalidade de Licitação inadequada; 4) Uso de Modalidade de Licitação “Não se Aplica” de maneira imprópria. | | | |
| Nº Ordem 02 - Itens 6.2 e 6.3.2.4 - 1) Ajuste nas contas 5.2.2.3.2.00.00 e 6.2.2.3.2.00.00 referente a DARF 2) Inversão de saldo de recursos de RP e do ano 2011. | | | |
| Nº Ordem 03 - Do Item 9 , Itens 1.1; 1.2; 1.3; 2.1 e 2.2 - 1) Uso de modalidade de licitações diferentes para situações análogas; 2) Uso de modalidade de licitação inadequada para publicação no DOU/FUNIN, 3) Modalidade de licitação “Não se aplica” para licitação aplicável – EBC; 4) Uso de modalidade de licitações diferentes para situações análogas; 5) Uso de modalidade de licitação “Não se aplica” para situação inexigível-Taxas de veículos. | | | |
| Nº Ordem 04 - Item 8 – letras a) e b) – a) Atualize no Portal SICONV a data de fim de vigência dos Convênios 701988 e 724129, na situação ‘A COMPROVAR’; b) Cancele/ou exclua o registro do cadastro relativo ao Convênio 599159. | | | |
| Nº Ordem 05 - Item 9 – letras b) – b) Reclassifique as despesas liquidadas na modalidade de licitação inadequada e anule o empenho – FUNIN. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | Código SIORG |
| Nº Ordem 01 - Item 6.3.2.4 e 6.4 - COFIN - Coordenação de Orçamento e Finanças e COLIC – Coordenação de Licitações. | | | 2837 |
| Nº Ordem 02 - Item 6.3.2.4 e 6.4 - COFIN - Coordenação de Orçamento e Finanças e COLIC – Coordenação de Licitações. | | | 2837 |
| Nº Ordem 03 – Do Item 9 , Itens 1.1; 1.2; 1.3; 2.1 e 2.2 - COFIN - Coordenação de Orçamento e Finanças e COLIC – Coordenação de Licitações. | | | 2837 |
| Nº Ordem 04 - Item 8 – letras a) e b) – CGIIN – Coordenação Geral de Integração Institucional | | | 2837 |
| Nº Ordem 05 – Item 9 – letras b) – COFIN – Coordenação de Orçamento e Finanças | | | 2837 |
| Síntese da providência adotada: | | | |
| Nº Ordem 01 - Item 6.3.2.4 e 6.4 - 1) Compensação gradual dos valores de modo a buscar a des-inversão dos saldos; 2) Unificação de procedimentos através do início de processo de inexigibilidade; 3) Emissão de novas Notas de Empenho e | | | |

| |
|---|
| reclassificação das despesas; 4) Início dos procedimentos para registro dos processos de inexigibilidade |
| Nº Ordem 02 - Item 6.3.2.4 e 6.4 – 1) Consulta a STN/GEANC sobre compatibilização de saldos; 2) Compensação gradual dos valores de modo a buscar a des-inversão dos saldos. |
| Nº Ordem 03 – Do Item 9 , Itens 1.1; 1.2; 1.3; 2.1 e 2.2 - 1) Início de procedimentos para inclusão de processo de Inexigibilidade; 2) Regularização através do processo de Inexigibilidade nº 0002/2011; 3) Regularização através do processo de Dispensa nº 00029/2011; 4) Início de procedimentos para inclusão de processo de Inexigibilidade; 5) Início de procedimentos para registro de processo de inexigibilidade para pagamento de taxas referentes aos veículos do Censipam. |
| Nº Ordem 04 - Item 8 – letras a) e b) – a) Em relação ao Convênio nº 701988 foi solicitado à CONJUR/MD, parecer para inclusão, extemporânea, de Termo Aditivo, ainda não respondido até o final do exercício. Referente ao Convênio nº 724129, esta UJ emitiu ofício de solicitação de alteração de vigência ao MPOG, não tendo sido atendido por aquele órgão, o que tornou-se desnecessário em função de assinatura de novo termo aditivo que prorrogou a vigência até 16 Dez 2012. b) A impropriedade foi corrigida através de Termo Aditivo de prorrogação de vigência até 30 Dez 2012 e da liberação de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), restante. |
| Nº Ordem 05 - Item 9 – letras b) – b) Impossibilidade de reclassificação pela ausência de tempo hábil antes do encerramento do exercício financeiro, contudo tendo sido registrado a Inexigibilidade 00002/2011, o que corrige o procedimento. |
| Síntese dos resultados obtidos |
| Nº Ordem 01 - Item 6.3.2.4 e 6.4 - Regularização da inversão contábil; Unificação de procedimentos e Regularização de inconsistências |
| Nº Ordem 02 - Item 6.3.2.4 e 6.4 – 1) Não compatibilização devido a rotina automática de processamento; 2) Redução gradual dos valores a compensar. |
| Nº Ordem 03 – Do Item 9 , Itens 1.1; 1.2; 1.3; 2.1 e 2.2 - 1) Unificação de procedimentos para situações análogas; 2) Regularização de inconformidade apontada; 3) Regularização de inconformidade apontada; 4) Unificação de procedimentos para situações análogas; 5) Regularização de inconformidade apontada. |
| Nº Ordem 04 - Item 8 – letras a) e b) – a) Em relação ao Convênio nº 701988 aguarda parecer da CONJUR/MD, para inclusão, extemporânea, de Termo Aditivo. Referente ao Convênio nº 724129, a regularização tornou-se desnecessárias em função de assinatura de novo termo aditivo. b) Regularização da impropriedade através de Termo Aditivo de prorrogação de vigência e da liberação de R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais), restante. |
| Nº Ordem 05 - Item 9 – letras b) – b) Registro da Inexigibilidade 00002/2011, corrigindo os procedimentos futuros. |
| |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor |
| Nº Ordem 01 - Item 6.3.2.4 e 6.4 - Não houve fatores negativos que dificultassem as providências. |
| Nº Ordem 02 - Item 6.3.2.4 e 6.4 – 1) Impossibilidade de compatibilização devido a rotina automática de processamento; 2) Não houve fatores negativos que dificultassem as providências. |
| Nº Ordem 03 – Do Item 9 , Itens 1.1; 1.2; 1.3; 2.1 e 2.2 - 1) Não houve fatores negativos que dificultassem a adoção das providências, exceto o tempo de trâmite dos processos. |
| Nº Ordem 04 - Item 8 – letras a) e b) – a) A solução da pendência em relação ao Convênio nº 701988 depende da emissão de parecer da CONJUR/MD, para inclusão, extemporânea, de Termo Aditivo. Em relação a pendência do Convênio nº 724129, a regularização ocorreu somente em função de assinatura de novo termo aditivo. b) Não houve fatores negativos que dificultassem as providências. |
| Nº Ordem 05 - Item 9 – letras b) – b) Falta de tempo hábil para efetuar a reclassificação da despesa antes do encerramento do exercício financeiro. |

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor: Já explicitado no Quadro A.12.3.

12.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

O **Quadro A.12.4** abaixo contém as justificativas para o não atendimento às recomendações do OCI e possui a mesma estrutura informacional contemplada no **Quadro A.12.3** descrito anteriormente, com exceção dos campos **Síntese da providência adotada** e **Síntese dos Resultados Obtidos** que são substituídos pelo campo **Justificativa para o seu não cumprimento**, que compreende as justificativas do setor responsável pelo não cumprimento da recomendação expedida pelo OCI.

QUADRO A.12.4 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

| Unidade Jurisdicionada | | | |
|--|--|----------------------------|-----------------------------|
| Denominação completa: | | | Código SIORG |
| Centro Gestor e Operacional do Sistema de proteção da Amazônia | | | 2837 |
| Recomendações do OCI | | | |
| Recomendações expedidas pelo OCI | | | |
| Ordem | Identificação do Relatório de Auditoria | Item do RA | Comunicação Expedida |
| 01 | Relatório de Acompanhamento 131/2011/Geafo/Ciset/MD | Item9 - letras b), c) e d) | Mem 395/2011/Geafo/Ciset-MD |
| Órgão/entidade objeto da recomendação | | | Código SIORG |
| CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia | | | 2837 |
| Descrição da Recomendação: | | | |
| Nº Ordem 01 - Item 9 – letras c) e d) – c) Modalidade de licitação “Não se aplica” imprópria – COSANPA; d) Uso de modalidade de licitação “Não se aplica” para situação inexigível-Taxas de veículos. | | | |
| Providências Adotadas | | | |
| Setor responsável pela implementação | | | Código SIORG |
| COLIC – Coordenação de Licitações | | | 2837 |
| Justificativa para o seu não cumprimento: | | | |
| Nº Ordem 01 - Item 9 – letras c) e d) – Os processos aguardavam a apresentação das demandas, seguindo em tramitação para a cobertura das despesas serviço de água e esgoto para o CR-Belém e para o pagamento das taxas referentes ao veículos do Censipam, para o ano 2012. | | | |
| Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor | | | |
| Nº Ordem 01 - Item 9 – letras c) e d) – c) Não houve fatores negativos que dificultassem as providências. | | | |

PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2011**13 DECLARAÇÕES DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ****13.1 Declarações dos contadores atestando a conformidade das demonstrações contábeis**

13.1.1 Declarações CCG/Brasília-DF

QUADRO B.13.1 – DECLARAÇÕES DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UJ CCG-BRASILIA/CENSIPAM

| DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA | | | |
|--|--------------------------|---------------|---------------------|
| Denominação completa (UJ) | | | Código da UG |
| CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA/CENSIPAM | | | 110197 |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Restrição contábil 951-Falta/restrrição conformidade registro de gestão;</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | BRASÍLIA-DF | Data | 14/02/2012 |
| Contador Responsável | JOÃO BOSCO GARCIA | CRC nº | 3.109-DF |

| DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR | | | |
|--|------------------------------|---------------|------------------------|
| Denominação completa (UJ) | | | Código da UG |
| CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA/CENSIPAM | | | 110511 |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem a adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | BRASÍLIA-DF | Data | 28/02/2012 |
| Contador Responsável | NOEMIA SILVA MONTEIRO | CRC nº | 009784/0-9 - DF |

13.1.2 Declarações CR/Porto Velho-RO

QUADRO B.13.2 – DECLARAÇÕES DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UJ CR - PORTO VELHO-RO/CENSIPAM

| DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR | | | |
|--|--------------------------|---------------|---------------------|
| Denominação completa (UJ) | | | Código da UG |
| CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO - RO/CENSIPAM | | | 110519 |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Centro Regional de Porto Velho que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | BRASÍLIA-DF | Data | 14/02/2012 |
| Contador Responsável | JOÃO BOSCO GARCIA | CRC nº | 3.109-DF |

| DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR | | | |
|--|------------------------------|---------------|------------------------|
| Denominação completa (UJ) | | | Código da UG |
| CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO - RO/CENSIPAM | | | 110572 |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem a adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | BRASÍLIA-DF | Data | 28/02/2012 |
| Contador Responsável | NOEMIA SILVA MONTEIRO | CRC nº | 009784/0-9 - DF |

13.1.3 Declarações CR/Manaus-AM

QUADRO B.13.3 – DECLARAÇÕES DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UJ CR MANAUS-AM/CENSIPAM

| DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR | | | |
|---|--------------------------|---------------|---------------------|
| Denominação completa (UJ) | | | Código da UG |
| CENTRO REGIONAL DE MANAUS - AM/CENSIPAM | | | 110520 |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Centro Regional de Manaus que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | BRASÍLIA-DF | Data | 14/02/2012 |
| Contador Responsável | JOÃO BOSCO GARCIA | CRC nº | 3.109-DF |

| DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR | | | |
|--|------------------------------|---------------|------------------------|
| Denominação completa (UJ) | | | Código da UG |
| CENTRO REGIONAL DE MANAUS - AM/CENSIPAM | | | 110573 |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem a adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | BRASÍLIA-DF | Data | 28/02/2012 |
| Contador Responsável | NOEMIA SILVA MONTEIRO | CRC nº | 009784/0-9 - DF |

13.1.4 Declarações CR/Belém-PA

QUADRO B.13.4 – DECLARAÇÕES DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UJ CR BELÉM-PA/CENSIPAM

| DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR | | | |
|--|--------------------------|---------------|---------------------|
| Denominação completa (UJ) | | | Código da UG |
| CENTRO REGIONAL DE BELÉM-PA/CENSIPAM | | | 110521 |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Centro Regional de Belém que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | BRASÍLIA-DF | Data | 14/02/2012 |
| Contador Responsável | JOÃO BOSCO GARCIA | CRC nº | 3.109-DF |

| DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR | | | |
|--|------------------------------|---------------|------------------------|
| Denominação completa (UJ) | | | Código da UG |
| CENTRO REGIONAL DE BELÉM-PA/CENSIPAM | | | 110586 |
| <p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem a adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> | | | |
| Local | BRASÍLIA-DF | Data | 28/02/2012 |
| Contador Responsável | NOEMIA SILVA MONTEIRO | CRC nº | 009784/0-9 - DF |